



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
GERÊNCIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “STRICTO SENSU” EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**EXCLUSÃO PELA INCLUSÃO:
A constituição de sentidos na Educação Especial**

Catarina Rivadávia Silva de Souza

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Professora Doutora Marci Fileti Martins

Florianópolis (SC), dezembro de 2006.

Catarina Rivadávia Silva de Souza

Exclusão pela inclusão: a constituição de sentidos na Educação Especial

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

Florianópolis (SC), dezembro de 2006.

Professora Doutora Marci Fileti Martins (Orientadora)
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina

Professora Doutora Solange Leda Gallo
UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina

Professora Doutora Cleussi de Fátima De Maman
UNIANDRADE

Dedicatória

Para meus amados filhos Luana, Sun e Guilherme e minha querida Maiarina, no aguardo
e certeza de um mundo sem “diferentes” e felicidade sem fim...

Agradecimentos

Ao meus pais Antônio Luiz (*in memorian*) e Irian, que sempre me apoiaram e educaram com muito amor, ao Mauro, e, em especial, ao meu querido filho Guilherme pelo companheirismo, paciência, me ajudando nas “travadas” e “destravadas”. À minha orientadora e amiga Marci, pela sua paciência, compreensão e incentivo durante o processo de elaboração deste trabalho.

Salmos, 1:1-3

Feliz é o homem que não tem andado no conselho dos iníquos,

E que não se deteve no caminho dos pecadores,

E que não se sentou no assento dos zombadores.

Mas seu agrado é na lei de Jeová,

E na sua lei ele lê dia e noite em voz baixa.

E ele há de tornar-se qual árvore plantada junto a correntes de água,

Que dá seu fruto na sua estação

E cuja folhagem não murcha,

E tudo o que ele fizer será bem sucedido.

RESUMO

O presente trabalho, baseando-se nos dispositivos teóricos e analíticos da Análise do Discurso (Pêcheux, 1969 e 1975 e Orlandi, 1983, 1990, 1999), pretende compreender os sentidos produzidos sobre o Portador de Necessidades Especiais (PNE), especificamente o discurso da "inclusão total e irrestrita para todos". São analisados três cartazes de divulgação de campanhas produzidas pela Fundação Catarinense de Educação Especial, três reportagens veiculadas respectivamente pelos jornais Diário de Santa Catarina, Diário do Nordeste e O Mossoroense, bem como uma reportagem veiculada pela revista Gente Especial e um artigo divulgado no III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, na PUC/MG. Busca-se, com esta discussão, confrontar os sentidos construídos no material pesquisado com o discurso sobre inclusão.

Palavras-chave: Análise do discurso; Portador de necessidades especiais; Incapacidade; Inclusão; Exclusão.

ABSTRACT

This work, based on theoretical and analytical frameworks from Discourse Analysis (Pêcheux, 1969 and 1975, and Orlandi, 1983, 1990, 1999), expects to understand the senses produced about Special Needs people, especially the discourse on “general and unrestricted inclusion for all”. This study analyses the following materials: three posters of campaigns produced by Fundação Catarinense de Educação Especial (Special Education Foundation of Santa Catarina State, Brazil), three reports published by the diaries Diário de Santa Catarina, Diário do Nordeste and O Mossoroense, one report published in the magazine Gente Especial, and finally a paper presented at PUC/MG in the conference III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva. With this research the intention is to contrast the senses built through these materials with those developed by the inclusion discourse.

Keywords: discourse analyses, special needs person, incapability, inclusion, exclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
1.1 – Teoria e Método.....	14
1.2 – <i>Corpus</i>	16
2. VISÃO HISTÓRICA DO PNE E A QUESTÃO DA INCLUSÃO-EXCLUSÃO	18
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	30
3.1. O Discurso.....	30
3.2. Ideologia e Subjetividade.....	31
3.3. Formação Ideológica e Formação Discursiva.....	34
3.4. A Memória como Interdiscurso.....	35
3.5. Paráfrase e Polissemia.....	36
3.6. O "não dito" e o Discurso	37
3.7. Sujeito: Forma - sujeito , Posição – sujeito.....	39
4. ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO.....	41
5. CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76
ANEXO 1.....	80

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu pelo fato do meu envolvimento com a educação especial, que começou quando escolhi como formação de graduação o curso de Pedagogia com habilitação em Educação Especial. Na minha formação acadêmica como enquanto profissional, trabalhando com Portadores de Necessidades Especiais (denominados de agora em diante PNE¹), na área da Educação Especial, observei as dificuldades apresentadas nas práticas utilizadas, que em muitos casos reforçavam e corroboravam a perpetuação da discriminação e do estigma relacionados ao PNE, embora, evidentemente, visassem à integração do mesmo.

Conforme Sasaki:

A idéia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade... (1997, pg.30).

Desde então foram criadas instituições de caridade, onde o PNE era tratado junto

¹ A denominação PNE surgiu com a intenção de atenuar ou neutralizar a acepção negativa da terminologia adotada para distinguir os indivíduos que apresentam limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas, ou ainda síndromes variadas, altas habilidades e condutas desviantes.

com vários tipos de outros excluídos, tais como: idosos loucos, doentes e qualquer tipo de “diferente”. Posteriormente, estas instituições foram se dividindo e, ainda segundo o autor:

As instituições foram se especializando para atender pessoas por tipo de deficiência. Assim a segregação institucional continuou sendo praticada. A idéia era a de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber deficientes nos serviços existentes na comunidade. (1997, p.30,31).

Na década de setenta as instituições tinham por objetivo oferecer ao PNE um atendimento que conseguisse fazer o mesmo tornar suas atitudes e comportamento diário, o mais parecido possível com os padrões vivenciados pela população geral, semelhantes às condições de vida do resto da sociedade. Podemos perceber aí, novamente, a não aceitação do indivíduo tal como ele é, sendo ele aceito somente se conseguir se enquadrar na sociedade. Vemos então a exclusão evidenciada mais uma vez.

No que se refere à educação, a prática pedagógica buscava trabalhar áreas isoladas, como a cognitiva, a perceptiva, a motora, socialização, para então relacioná-las às atividades de vida diária. Sendo assim, o conhecimento tornava-se fragmentado, descontextualizado, centrando sempre a prática pedagógica nas dificuldades dos alunos. Parecia permanecer no plano das necessidades especiais e não no processo de apropriação do conhecimento historicamente construído.

O espaço para as aprendizagens voltava-se para o imediato, o concreto, aos dados aparentes da realidade, ou seja, aquilo que era possível tocar, sentir, cheirar, etc. O conhecimento sistematizado era desconsiderado. Começaram então, a ser ventiladas as possibilidades de o PNE frequentar, concomitantemente à instituição especial, uma escola

regular, visando à possibilidade de uma possível **integração**² com os ditos normais.

Acontece que a possibilidade era mínima, e quando acontecia era frustrante, pois o modelo da instituição não favorecia e não oportunizava condições para o indivíduo se tornar independente. Estes ficavam na condição de permanentemente tutelados pela instituição, que se configurava enquanto mantenedora das limitações e incapacidades detectadas como próprias do PNE.

Entretanto, com as experiências acumuladas no decorrer deste processo, algumas instituições se deram conta de que a prática da integração social era insuficiente para acabar com a discriminação que acontecia contra o PNE, pois a mesma consistia no esforço de inserir na sociedade pessoas que conseguiam alcançar um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. A integração colaborava para inserir o PNE na sociedade, desde que ele conseguisse superar as barreiras físicas e acadêmicas se moldando ao sistema estabelecido, ficando a sociedade com o dever de recebê-los, desde que estes fossem capazes de imitá-la. Mais uma vez nesse processo é possível, portanto, identificar um aspecto de interação estabelecido como segregador.

Desde então, o nível de preocupação das instituições e órgãos envolvidos com esses indivíduos tem sido uma constante. Muito se tem feito no sentido de tentar promover uma situação mais favorável ao PNE. Atualmente, percebendo que o termo integração não atende as reais necessidades do PNE, as instituições e órgãos afins adotaram uma nova terminologia denominada **inclusão** social, sendo este conceito entendido como o mais adequado para desmistificar a longa história de estigmatização carregada pelo PNE.

Entende-se o termo inclusão social, segundo Sassaki:

² O termo integração sugere que a inserção do indivíduo é parcial; condicionada às suas possibilidades. É o indivíduo que tem que se integrar ao sistema e procurar alcançá-lo

(...) como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades educativas especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui então um processo bilateral no qual pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (1997, p.3)

Na tentativa de garantir igualdade de direitos, não somente aos deficientes mas a toda a população, foram elaboradas uma série de medidas e leis que possibilitam essa igualdade. Estas leis estabelecem a obrigatoriedade da inclusão do PNE na escola, no mercado de trabalho, etc. Porém, mesmo considerando-se a pertinência das leis, isso não nos garante efeitos imediatos. Pelo contrário, sua viabilidade dependerá de uma rede complexa que exigirá de todos os envolvidos, direta ou indiretamente, uma (re)posição, na medida em que se passa a revisar as referências que fundamentam os conceitos e preconceitos da sociedade sobre o PNE.

Mesmo tendo essas medidas como prerrogativa, como princípios de igualdade adquiridos pelo trabalho, obviamente não se sustentaram, pela sua própria essência capitalista baseada em relações de produção e usufruto de bens materiais e culturais que se constitui de forma desigual. Constatamos uma imensa dificuldade da sociedade para efetivar suas proposições, verificando-se a necessidade de uma constante revisão de suas práticas inclusivas.

Podemos ilustrar alguns dos problemas em que as práticas de inclusão vêm imbricadas com as demandas sociais dos “tempos modernos”, com algumas situações observadas no cotidiano das instituições, tomando-se como exemplo aquelas que objetivam a preparação para o trabalho de sujeitos PNE.

As empresas, para cumprir a exigência da lei e preencher suas cotas de empregados com pessoas com deficiência, eventualmente buscam “portadores” que portem, que carreguem no corpo a marca da diferença, como por exemplo, os portadores da Síndrome de Down. Essa atitude nos deixa uma brecha para questionar qual o uso que está sendo feito desta imagem (do PNE). Considerando que estamos vivendo numa “era do marketing”, um outro aspecto é o fato de que a empresa pode usar a imagem do PNE no trabalho para se promover como inclusiva e democrática, contribuindo ainda mais para sua segregação.

O tratamento dispensado às pessoas portadoras de necessidades especiais põe em evidência determinado sentido relacionado a certo juízo de valor, presente em todas as manifestações humanas. A toda adjetivação aplicada a uma pessoa ou ao seu comportamento, corresponde um julgamento moral, que representa, de fato, a hierarquização de valores na definição do melhor e do pior, do certo e do errado, do bom e do ruim.

Sobre isto podemos citar Goffman:

Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum ou total, reduzindo-o a uma pessoa estragada ou diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual³ e a identidade social real⁴ (1988, p. 12).

³ O caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização “efetiva”, uma identidade social virtual.

⁴ A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, são chamados de sua identidade social real.

Percebemos que o sentido da deficiência passa pelo estabelecimento de critérios de normalidade e anormalidade, o que representa o estabelecimento de valores construídos histórica e culturalmente por uma dada sociedade.

O que se pode afirmar é que, por detrás de cada manifestação de aceitação ou negação e rejeição da diferença, estão imbuídas determinadas concepções de mundo, de sociedade e de homem, as quais caracterizam muitas vezes um discurso hegemônico de uma sociedade num determinado momento histórico.

O tratamento dispensado às pessoas então consideradas “anormais” põe em evidência os sentidos construídos histórica-ideologicamente, neste caso o da exclusão, presentes em todas as manifestações humanas.

1.1 – Teoria e Método

No decorrer dessa pesquisa será possível observar os diversos sentidos que estão sendo veiculados sobre o processo de inclusão em diversos materiais relacionados com o PNE, através dos conceitos elaborados pela perspectiva da Escola Francesa de Análise do Discurso (AD).

Pêcheux (apud Orlandi 1987, p.16) afirma que:

A questão para a análise do discurso vai incidir sobre o estatuto do sentido literal, uma vez que o discurso é definido não como transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre locutores. Assim, ainda

segundo Pêcheux, se já se considera, de partida, que o contexto, as condições de produção são constitutivas do sentido, a variação é inerente ao próprio conceito de sentido.

pelos relações de sentidos historicamente construídas, buscando contribuir para a É importante salientar que para a AD a posição do sujeito está inscrita em uma formação ideológica/discursiva, sendo a mesma uma parte de inúmeras outras formações com uma dominante. Uma abordagem discursiva percebe a linguagem enquanto funcionamento de um processo e não como um simples instrumento de comunicação, permitindo que se adentre aos meandros do dizer. Conforme Orlandi é necessário:

(...) compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto linguístico-histórico. (1996, p.56).

Sendo que o sujeito não tem o domínio dos sentidos, eles escorregam e vão significar em outro lugar. Ao relacionarmos estas questões com o assunto aqui discutido, podemos perceber que a sociedade, focalizando e valorizando o indivíduo através do seu desempenho, não dá oportunidade ao considerado “diferente”, pois este, independente da faixa etária, continua sendo considerado incapaz e improdutivo. Dito de outra maneira, ao querer evitar a exclusão o discurso acerca do “diferente” não permite que o PNE se signifique no que ele tem de constitutivo, que é diferença, porque ela é apagada. Sendo assim, somente um sentido parece ser o dominante: aquele da exclusão que nega a diferença.

A AD enquanto teoria crítica, que questiona sua própria interpretação, vai contribuir para uma maior compreensão dos efeitos de sentido do material pesquisado. Através deste campo de reflexão, procuraremos dar viabilidade aos processos discursivos,

pensando-os enquanto práticas sociais que se constituem construção de um novo espaço discursivo.

1.2 – *Corpus*

Neste trabalho faremos uma análise de materiais relacionados ao PNE, especificamente relacionados à questão da inclusão/exclusão. A questão pertinente à inclusão vem sendo abordada pela sociedade em suas diferentes instâncias, cujo debate tem sido precipitado pela demanda de adequação às leis que visam preservar espaços de maior autonomia e direito à cidadania para o PNE, avançando à medida que se torna necessária a revisão ou mesmo a construção de práticas que possibilitem sua inclusão.

Conforme se tem promovido espaços para debates e trocas de experiências no campo da educação, da saúde, da questão da acessibilidade aos espaços públicos e privados, enfim, do direito à inclusão do PNE, torna-se também necessária uma análise de diversos materiais produzidos nessa área. Faremos então a análise do material encontrado em três diferentes modos de circulação:

- a. Estatal: Três cartazes de divulgação elaborados pela Fundação Catarinense de Educação Especial, a partir da década de 1990.
- b. Midiático: Quatro reportagens produzidas pela mídia impressa. A primeira veiculada pelo jornal Diário Catarinense em 24/07/1986, a segunda pela revista Gente Especial n1 em maio de 1998, Editora Gráfica Brasileira

Ltda, a terceira pelo jornal Diário do Nordeste em 03/05/2006, e a última veiculada pelo jornal O Mossoroense em 06/04/2006.

- c. Científico. Artigo elaborado por Claudia Werneck, apresentado no III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, realizado entre 24 a 28 de maio de 2004 na PUC de Minas Gerais.

Nosso objetivo é o de analisar o funcionamento e a produção de sentidos sobre os Portadores de Necessidades Especiais (PNE) confrontando os sentidos produzidos por esses diferentes discursos (FCEE, Mídia, Discurso Científico) que trabalham com o PNE, buscando compreender as diferentes formas de construção da diferença, que produz um sentido de sujeito “deficiente” atribuído ao PNE.

Para tanto identificaremos, nesses materiais, as marcas deixadas pelos processos discursivos que produzem sentidos sobre a “deficiência” e as condições de produção destes sentidos, buscando compreendê-los através de considerações sobre a sua história, e de seu lugar em uma sociedade como a nossa que se organiza através de determinadas relações de poder.

CAPÍTULO 2

VISÃO HISTÓRICA DO PNE E A QUESTÃO DA INCLUSÃO- EXCLUSÃO

Atualmente, as concepções e discursos produzidos acerca do que hoje se denomina Portador de Necessidades Especiais (PNE) são várias. Tunes, Souza e Rangel (1996) identificaram práticas de trabalho com as pessoas consideradas deficientes mentais, tendo como referencial os três estágios evolutivos, identificados por Pessotti (1981), na evolução das concepções de deficiência mental: o teológico, o metafísico e o científico. O teológico, fundado nos preceitos religiosos, segundo os quais a condição de normalidade ou anormalidade constitui um desígnio divino. O metafísico, caracterizado por uma visão organicista da deficiência, e o científico, que consiste na tentativa de se explicar a deficiência á luz dos preceitos das ciências naturais e humanísticas.

A história do (PNE) através das épocas demonstra que a concepção de mundo, de homem e de moralidade, vivida por uma sociedade em um determinado momento histórico, vem determinando o grau de marginalização que essa mesma sociedade impõe àqueles que rompem com seus padrões considerados normais.

Pode-se perceber este fato pelos inúmeros vocábulos utilizados para nomear o

portador de necessidades especiais: anormal, deficiente, retardado mental, inválido, atrasado intelectualmente, excepcional, etc. Demonstrando a manutenção do estigma, o resultado dessa mudança de denominações tem sido o insucesso, pois a sociedade logo incorpora o termo no seu conjunto de normas e valores, e o que se observa é que, seja qual for o termo utilizado, significa sempre atraso, falha, exclusão.

De fato, os primeiros registros acerca dessas pessoas remontam à Antiguidade Clássica. Naquela época os deficientes eram considerados subumanos, sendo abandonados ou eliminados logo após o nascimento. A cultura da época, cujo ideal de vida era “corpo são, mente sã”, não admitia em seu meio a imperfeição. Por se tratar de um povo marcadamente guerreiro, a sociedade espartana cuidava de eliminar seus filhos com deficiência.

Aristóteles defendia a exclusão das pessoas com deficiência, segundo declara Perssotti:

Para Aristóteles, até mesmo os filhos normais, excedentes, podem ser “expostos” em nome do equilíbrio demográfico, numa posição coerente com as linhas mestras aristocráticas e elitistas da Política, mas fatal para as pessoas portadoras de deficiências, principalmente quando essas viessem a implicar dependência econômica. (1984, p.4)

O Cristianismo na Idade Média foi responsável pela mudança da visão clássica da deficiência. Com seu advento, a pessoa com deficiência passou a ter alma. Dessa nova concepção resultou uma relação de conformismo piedoso para com os PNE, que passaram a existir como humanas e sua convivência em contato com o resto da população foi “permitida”. Contudo, ora eram considerados como protegidos de Deus; ora como endemoniados. A ética cristã, ladeada pelo castigo, culpa e perdão, via nelas uma maneira

de expiar seus pecados através da caridade. A “anormalidade” era vista como um castigo divino, uma penitência pelos pecados. Essas pessoas eram então confinadas em asilo ou hospitais, sendo - lhes dado abrigo e alimentação. Numa maneira mais sutil de abandono, esses asilos funcionavam como depósito e prisão para elas, que eram excluídas e segregadas, juntamente com outros excluídos, tais como: bêbados, prostitutas, loucos e qualquer outro considerado desviante, não possuindo nenhuma chance de conviver em igualdade com a sociedade.

Foucault, no seu livro “A História da Loucura” enfoca muito bem a questão dos excluídos. Escreve que até o final do século XII, loucura e razão não estavam ainda separadas. Havia um vazio entre elas; que estariam misturadas e confusas.

A Nau dos Insensatos, narrativa das mais curiosas com a qual o autor começa seu livro, vem explicando como “diferentes” eram esconderados de suas cidades, parando em lugares obscuros. Nau dos Insensatos era o nome das embarcações que recolhiam os loucos, os dementes e os considerados diferentes das cidades para fazê-los vagar sem destino pelos rios, de porto em porto. Este era o modo de afastar o “diferente” da sociedade e proteger seus beneficiários do pavor da loucura que passou a habitar os piores pesadelos dos homens medievais, juntamente com o medo da peste.

Anterior à existência dos manicômios, que finalmente “fixou-lhe âncora”, A Nau dos Insensatos foi o sistema inventado para impedir que a visão do caos viesse atrapalhar a idéia de perfeita ordem divina tão cara à Igreja e que culminaria na intolerância levada aos extremos na Santa Inquisição.

Na Idade Média, com o começo das internações, alguns lugares foram reservados para os “diferentes”. Conforme Foucault:

Os “fantásticos frenéticos” eram encerrados em espécies de compartimentos fechados em cujas paredes abriam-se duas janelas... (2000, p.111)

É necessário destacar que desde os primórdios, a história do “diferente” passou por diversas visões abrangendo desde a imposta aceitação (todos são filhos de Deus) até a total repugnância. O indivíduo não compreendido sempre foi carregado pelo estigma, e tentou-se mantê-lo sempre à distância.

Nessa mesma obra Foucault faz uma investigação sobre o enclausuramento do louco e sua reclusão num espaço manicomial, para realizar, paradoxalmente, sua exclusão e torna possível compreender o processo de inclusão concomitante à exclusão do louco e do “diferente”, numa trajetória notoriamente vinculada ao estigma.

Assim, a segregação continuava, sendo negado a estas pessoas o acesso ao conhecimento: as relações com o conhecimento que lhes permitiam eram infantilizadas e desvinculadas do cotidiano da sociedade.

No período renascentista ocorreu uma significativa mudança na postura do homem perante a vida, verificando-se o fortalecimento da visão antropocêntrica⁵ e conseqüentemente, o enfraquecimento da visão teocêntrica⁶ até então dominante. No início de 1800 acontece mais uma mudança significativa. As ciências físicas e naturais sofreram um grande avanço, sendo que a Biologia foi o ramo do conhecimento mais explorado no novo processo de construção do entendimento da natureza humana e de seu papel no mundo.

Foucault explicita que a doença mental (entendida como tal) tem menos de

⁵ Teoria que considera o homem como o centro ou a medida do universo, sendo-lhes por isso destinadas todas as coisas.

⁶ Teoria que considera Deus o centro do universo e de tudo o que existe.

duzentos anos, e que o louco foi patologizado pela psiquiatria apenas a partir do século XVIII.

Segundo Foucault:

Ela [doença mental] estará inteiramente inserida numa patologia. Esta metamorfose que se realizou na segunda metade do século XVIII infiltrou-se inicialmente nas técnicas de cura. Mas logo se manifestou á luz do dia, ganhando o espírito dos reformadores, guiando a grande reorganização da experiência da loucura nos últimos anos do século (idem, p.336,337).

Muitos médicos, educadores e estudiosos começam a acreditar na possibilidade de uma visão diferenciada para o “diferente” que, lentamente, são classificados segundo certos critérios estabelecidos. Na obra intitulada “Sobre as doenças que tiram o homem da razão”, o médico Paracelso admitia a origem patológica da deficiência mental, embora preservasse o cunho supersticioso da mesma como produto de forças cósmicas ocultas.

De acordo com Perssotti, é nessa obra que:

(...) ao que parece, pela primeira vez uma autoridade da medicina, reconhecida por numerosas universidades, considera médico um problema que até então fora teológico e moral. (1984, p.15)

Análoga à concepção de Paracelso, a tese de Cardano acrescentava à primeira uma preocupação pedagógica com a instrução das pessoas com deficiência. Começaram a surgir, a partir daí, várias teorias acerca de como educar diferentes tipos de deficiência.

É importante destacar o papel marcante da Revolução Industrial do século XVIII na construção do imaginário social sobre a deficiência em geral. Arelada á noção de

produtividade, emergiu o modelo de corpo produtivo.

Marques caracteriza esse investimento no corpo produtivo como uma marca registrada do Capitalismo. Segundo o mesmo:

(...) o que acontece é que a deficiência, enquanto estereótipo do desvio, também se enquadra no grupo das marginalidades produzidas pela ideologia da classe dominante. Portanto, não se pode dissociar a condição de indivíduo deficiente de uma idéia exterior de capacidade produtiva da concepção de corpo social que fundamenta todas as relações políticas e econômicas. Numa sociedade capitalista, onde as relações se definem pela produção e pelo lucro, o padrão ideal de homem segue os padrões sociais determinantes. (1994, p.79)

O produto histórico dessa mudança social e econômica do homem foi a consolidação de um sentido que contrastava “eficiência versus deficiência.” Além do aspecto biológico da anormalidade, a deficiência passou a ser entendida também como fator impeditivo para o trabalho fabril, ou seja, a produtividade.

Numa visão mecanicista do corpo como máquina, as deficiências foram entendidas como defeitos ou disfunções. Os PNE são agora institucionalizados. Já não eram assassinados, como na Grécia antiga, pois têm garantida a possibilidade de vida, mas, sob os princípios liberais, continuam segregados.

Se a sociedade capitalista estabelece com os sujeitos considerados portadores de deficiência uma relação de segregação, expressa pela institucionalização e por excluí-los da produção, de fato não faria sentido educá-los, mas apenas acolhê-los e cuidar deles. O ensino especial, como extensão de oportunidades educacionais a estes sujeitos, surge como um momento de maior atenção, de direitos a esta parcela da sociedade.

Porém, estas instituições caracterizaram-se, principalmente, por serem filantrópicas. Conforme Bueno;

A quase totalidade dessas instituições [...] revestiam-se de caráter filantrópico, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim, que as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos da cidadania. (1993, p.90)

O século XX, marcado pelo fortalecimento teórico e prático das ciências humanas e sociais, caracterizou-se pelo crescimento desenfreado das populações urbanas, principalmente nos centros de maior prosperidade comercial e pelo processo de democratização da educação básica. O aumento da demanda de matrículas escolares provocou um aumento significativo no número de pessoas com deficiência em busca de escolaridade nos estabelecimentos regulares de ensino.

Foram então criadas as classes e escolas especializadas, que funcionavam como “depósito” de crianças problemáticas, livrando o sistema regular de ensino da presença de tais indivíduos.

Ainda segundo Bueno:

O que ocorreu, na verdade foi o isolamento daqueles que interferiam e atrapalhavam o desenvolvimento da nova forma de organização social, baseada na homogeneização e na racionalização. (1993, p.64)

O capitalismo necessita de uma homogeneização para o sucesso da produtividade, e, sendo assim, estabelece com o PNE uma relação de segregação, não lhes sendo dado o

direito de produzir; apenas lhe “protegendo” e cuidando dos mesmos.

Na metade do século vinte a preocupação com a qualidade de vida dessas pessoas começou a se manifestar de uma maneira mais articulada, tendo como objetivo dar ao PNE uma vida mais digna, com uma participação mais ativa dos mesmos na sociedade. A segunda guerra mundial deixou seqüelas em muitos países, e a preocupação com os soldados que voltaram com problemas fez com que fosse repensada a maneira de encarar o problema do PNE.

Em 1954, no Rio de Janeiro, foi fundada a Associação de Pais e Amigos do Excepcional, a APAE. As APAEs se multiplicaram, e na década de 80 esta instituição agregava então mais de duzentas entidades, sendo então criada a Federação Nacional das APAEs. Desde então, muitas teorias foram criadas ou adaptadas para tratar estas pessoas. Foram também criadas várias escolas especiais, onde elas eram tratadas e treinadas conforme seu diagnóstico. Apesar de existir um avanço, continuavam segregadas dentro das escolas especiais, sendo percebidas dentro de uma visão assistencialista, estigmatizada e excluída do mundo dos “normais”.

Nunes e Ferreira (1994), buscando resgatar as tendências mais recentes subjacentes ao trabalho com PNE apontam três modelos psicopedagógicos distintos: 1) a psicomotricidade, 2) o construtivismo piagetiano, cuja preocupação maior recai sobre o sujeito epistêmico, e 3) o sociointeracionismo vygotskiano, com ênfase no sujeito histórico, e em experiências de controle do funcionamento cognitivo.

Seus estudos basearam-se numa vasta revisão de literatura dos trabalhos científicos, principalmente dissertações e teses elaboradas no Brasil na área de educação especial, nos últimos quinze anos.

Piaget formulou uma teoria denominada Epistemologia Genética, onde buscou

retornar a gênese mesma dos conhecimentos, dos quais a epistemologia tradicional conhece apenas alguns resultantes.

Conforme o mesmo:

O que se propõe a epistemologia genética é, pois, pôr a descoberto as raízes das diversas variedades de conhecimento, desde as suas formas mais elementares, e a seguir sua evolução até os níveis seguintes, até, inclusive, o pensamento científico. (1983, p.3)

Num enfoque denominado “pedagógico normativo” Piaget reúne estudos voltados para a compreensão das etapas de desenvolvimento pelo qual a criança passa no chamado processo de socialização, oferecendo elementos que instruirão a organização educativa, desde o agrupamento de crianças por nível de desenvolvimento expressos até hoje no sistema seriado de ensino, até a delimitação de prescrições para a realização da prática pedagógica. Foi a partir das contribuições de Piaget que a criança ganhou visibilidade nesse campo de investigação, mediante o estatuto por ele conferido, de sujeito epistêmico, capaz de construir conhecimentos que ganham complexidade na medida em que seus esquemas mentais igualmente se tornam complexos.

Conforme o autor (1995), o processo do pensamento organiza-se a partir de quatro estágios: sensório-motor (zero a aprox. 2 anos de idade); pré-operatório (aprox. de 2 a 7 anos de idade); operatório concreto (aprox. de 7 a 12 anos de idade) e operatório formal (aprox. dos 12 anos de idade em diante).

Piaget defende que as representações sociais são estruturadas mediante a transmissão de conhecimento por um adulto – autoridade reconhecida por ela (criança) que são incorporados por um processo de reconstrução cognitiva.

Buscando romper com esta tradição na pesquisa sobre o desenvolvimento infantil, Vygotsky irá desenvolver suas investigações sobre a formação social da mente, enfocando a relação entre pensamento e linguagem, apresentando dois aspectos qualitativamente diferentes do desenvolvimento. De um lado os processos elementares, que são de origem biológica; de outro, as funções psicológicas superiores, de origem sócio-cultural.

Segundo Vygotsky, nos constituímos enquanto sujeitos sociais por meio das e pelas interações sociais, que são mediadas por signos históricos. Tendo como premissa básica o fato de que a essência do homem é social, o autor postula como fundamental as interações sociais para o desenvolvimento do ser humano, bem como do ensino-aprendizagem:

Conforme Vygotsky:

[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através dos quais as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam (1991, p.99).

Aprendizagem e desenvolvimento estão ligados desde o nascimento da criança, sendo que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento. Ainda conforme Vygotsky:

(...) o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento. (1998, p.114)

As interações que possibilitam a apropriação do conhecimento historicamente construído e que conduzem a avanços importantes no processo de desenvolvimento mental, são aquelas que proporcionam ações compartilhadas dos indivíduos com diferentes experiências, instrumentalizando-os para participarem ativamente nos processos sociais. A

apropriação é o processo de internalização das experiências, no social.

Ainda, conforme Mantoan (1997b), diversos autores como Feurstein, Borkowski, Paour e Audy, Inhelder e Céllier têm se ocupado das experiências de controle do funcionamento cognitivo, tentando comprovar a modificabilidade cognitiva⁷, o ensino de estratégias cognitivas e a metacognição nas pessoas PNE.

A preocupação sobre qual a melhor maneira de educar o PNE tem sido uma constante, sendo destacados os problemas ligados à sua inclusão na rede regular de ensino.

Existem os que defendem a possibilidade de inclusão, desde que isso seja feito com qualidade: todos os estudantes em salas regulares, não importando o tipo de deficiência. De outro lado, estão aqueles que defendem que, em alguns casos, é melhor para a criança estudar numa classe ou escola especializada no atendimento àquele tipo de deficiência.

Na opinião do presidente da Federação Nacional das APAEs, Luiz Alberto Silva, (gestão 2005) dependendo do tipo de deficiência, a inclusão muitas vezes pode ser prejudicial para a criança. Conforme entrevista concedida a Antônio Góis, ele diz que:

Quem defende que todos têm que estar sempre na mesma sala de aula são pais de classe média e rica, que não conhecem as dificuldades das pessoas que estão abaixo da linha de pobreza. Nem todo deficiente tem síndrome de Down. Há diversos tipos de deficiência mental e, em alguns casos, não há benefício em ser incluído em escolas comuns. (Folha On-line, 06/03/05)

Para Silva, é possível que o PNE matriculado em uma escola especial possa perfeitamente também estar incluído na sociedade. Ainda segundo ele:

⁷ A constante adaptabilidade para (re)criar formas de organização social, produziu uma necessidade, a da plasticidade à transformação de si num círculo dialético interativo.

Se essas crianças forem para uma escola ruim e despreparada, certamente ficarão excluídas da sociedade porque não terão seus limites respeitados e não conseguirão acompanhar a turma. A escola especial vai continuar existindo porque ela ajuda a incluir a pessoa na sociedade. (idem)

Porém, a presidente da ONG Escola de Gente, Claudia Werneck, (gestão 2005), não concorda com essa opinião:

Quando a gente trabalha a inclusão, trabalha para que todos estejam na escola. Se começar a achar que tem que eliminar algumas pessoas desse processo, vou adotar critérios profundamente subjetivos. Não acho que temos o direito de escolher que crianças poderão exercer plenamente sua cidadania. (ibidem)

A secretária de Educação Especial do MEC, Claudia Dutra (gestão 2005) concorda com Werneck, e fala que uma escola inclusiva é aquela que abre suas portas para todos, sem exceções, discriminações e preconceitos. É aquela que acredita que todos são capazes de aprender.

Podemos constatar aí posições diferenciadas sobre a questão da inclusão-exclusão, e uma variedade de debates acontecendo atualmente sobre essa questão.

Numa visão discursiva, percebemos que a inclusão remete a ter um lugar no discurso, ter uma posição-sujeito. Falar dessa posição e ser (re)conhecido a partir dessa posição. Já a exclusão é permeada por não ter um lugar no discurso, sendo o sujeito significado a partir da posição do outro.

CAPÍTULO 3

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O Discurso

Trabalharemos nesta pesquisa tendo como referência a Escola Francesa de AD, Análise do Discurso, que se constitui na intersecção de três áreas de conhecimento: o Marxismo, a Psicanálise e a Lingüística. Essa escola foi iniciada na década de 60 por Michel Pêcheux (1969/ 1975) e desenvolvida no Brasil através dos trabalhos de Orlandi (1983, 1990, 1999).

A AD enquanto teoria crítica, que questiona sua própria interpretação, vai contribuir para uma maior compreensão dos efeitos de sentido do material pesquisado, os quais são entendidos como **discurso**. Sabendo que para Pêcheux (1975) o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores, ou, dito de uma outra maneira, um espaço histórico-ideológico de onde emergem as significações através de sua materialidade específica que é a linguagem, pode-se dizer “que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia” (PÊCHEUX apud ORLANDI 199:17) sendo dessa forma o modo como a linguagem faz sentido. Assim,

através deste campo de reflexão, procuraremos dar visibilidade aos processos discursivos que constituem o material analisado, pensando-os enquanto práticas sociais e ideológicas que se constituem pelas relações de sentidos historicamente construídas pelos sujeitos.

Nosso *corpus*, que é constituído por um conjunto de enunciados produzidos tanto por instituições que trabalham com o PNE (três cartazes de campanhas publicitárias), quanto pela mídia impressa (três reportagens jornalísticas e uma reportagem de revista especializada na área) e pela instituição acadêmica (um artigo científico produzido por profissional especializado na área da Educação Especial) analisado pela perspectiva teórica e metodológica da AD, permite um olhar que nos faz passar do material empírico que é texto, para o discurso. Para isto as marcas lingüísticas e enunciativas devem ser observadas sem a ilusão de que o significado das palavras referencia diretamente o mundo, ou seja, que há uma relação literal entre palavra e coisa. Precisamos, então, deslocar os efeitos de sentido produzidos pelo material analisado, o qual nos dá uma falsa sensação de algo acabado e absoluto, para que possamos chegar ao conjunto de práticas materiais que são as condições/relações de produção dos próprios textos, e assim podermos observar como bem afirma Orlandi (1999), o trabalho da ideologia que é aquele de produzir estas evidências, ou seja, de colocar o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.

3.2 Ideologia e Subjetividade

Conforme Althusser (1983) a ideologia expressa “sempre”, qualquer que seja sua forma (religiosa, jurídica, política) posições de classe. E desta forma, através de suas

práticas materiais, ou seja, por meios de aparelhos repressivos e ideológicos reguladores das práticas dos indivíduos que formam uma sociedade, perpetuam a reprodução das relações de produção/exploração.

Ao desenvolver a sua proposta para a linguagem e ideologia, Michel Pêcheux via na AD, segundo Ferreira (2000: p. 40), a possibilidade de representar no interior do funcionamento da linguagem “os efeitos da luta ideológica” e, inversamente, manifestar a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia. Assim, a linguagem deixa de ser compreendida como um sistema significativo fechado, sem relação com seu exterior, para ser um elemento no contexto histórico-ideológico dos sujeitos que a produzem e que a interpretam. Assim, segundo Pêcheux:

(...) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas condições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (1988, p.160)

Aquilo que se diz não é necessariamente aquilo que se quis dizer. Existe um constante “ir e vir” dos significados e sentidos do discurso, sendo seus efeitos interpretados de diferentes maneiras, dependendo do contexto no qual é produzido. A ideologia colabora na constituição do sujeito e na produção de sentidos. Para tanto, a ideologia *interpela* indivíduos como sujeitos, e, a fim de assegurar seu funcionamento, ela promove o assujeitamento do sujeito enquanto sujeito ideológico, tendo ele a impressão de estar exercendo a sua própria vontade, mas que acaba sendo determinada pela ideologia.

Além disso, este sujeito do discurso também deve ser entendido como constituído

pelo sujeito de outros discursos, o que remete a outra filiação teórica da AD, a Psicanálise, na sua releitura por Lacan. Para este autor, o inconsciente, que é inacessível, pode de certa forma emergir através da linguagem, interferindo no discurso do sujeito, fazendo aparecer outras palavras, sob as palavras. É o Outro, um lugar desconhecido de onde emana o discurso do pai, da família, da lei, ao qual o sujeito se vincula e com o qual mais ou menos se identifica. Para Lacan, o Outro tem domínio em relação ao sujeito e é o ponto no qual o sujeito também se define e ganha identidade. Assim, este sujeito do discurso não é dono de si e nem é livre para dizer o que quer, já que é constituído pelo inconsciente, do qual não se tem acesso e que por sua vez pode se refletir na linguagem.

Para a AD, assim, o que interessa da psicanálise é o conceito deste sujeito que é definido pelo modo como ele se estrutura, a partir da sua relação com o inconsciente e a linguagem, a qual “passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade” (Brandão, 2002). De tal modo, para Pêcheux (1975), o sujeito caracteriza-se por dois esquecimentos: o *esquecimento número um*, em que o sujeito tem a ilusão de que é o criador absoluto do seu discurso, a origem do sentido, apagando tudo o que remeta ao exterior de sua formação discursiva. É também chamado de esquecimento ideológico, sendo da ordem do inconsciente e é o resultado do modo que somos afetados pela ideologia. E o *esquecimento número dois*, em que o sujeito tem a ilusão de que tudo que ele diz tem apenas um significado que será captado pelo seu interlocutor. Há o esquecimento de que o discurso caracteriza-se pela retomada do já dito, tendo o sujeito a ilusão de que sabe e controla tudo o que diz. (Orlandi, 1999, p.35).

3.3 Formação Ideológica e Formação Discursiva

A ideologia, pensada como mecanismo estruturante no processo de (re)significação (Orlandi, 1999 p.45), vai ser determinante para a constituição dos sentidos. Os mecanismos ideológicos, ligados ao modo de produção dominante em uma formação social, é que garantirão, por sua vez, a reprodução das relações de produção que aí se constituem e que determinam os sentidos.

Segundo Haroche (apud Brandão 1997:38), esse conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente à posição de classe em conflito umas com as outras, é o que se denomina Formação Ideológica (FI). Para Pêcheux, uma formação ideológica define-se como:

(...) um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica de uma formação social em um dado momento; desse modo cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (Pêcheux e Fuchs, 1975, 2001, p.166).

Contudo, uma FI precisa ser representada por uma formação discursiva (FD) que, foi descrita por Pêcheux, (1988, p.160) como:

(...) aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina **o que pode e deve ser dito** (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.,).

3.4 A Memória como Interdiscurso

O conjunto de várias FDs denomina-se na AD como interdiscurso ou memória discursiva. Através da memória, os dizeres se manifestarão de diversas formas, em discursos distintos. Conforme Orlandi:

(...) A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso e, nessa perspectiva ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva, o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (1999, p.31)

Assim, um discurso, na perspectiva discursiva, é fruto de algo (memória ou interdiscurso) ⁸ já dito anteriormente e as FD podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos e suas relações, relações estas que podem ser de contradição, de dominação, de confronto, de aliança e/ou complementação. Além disso, “em um texto não encontramos apenas uma FD, pois ele pode ser atravessado por várias FD que nele vão se organizar em função de uma dominante” (Orlandi 1999:70).

De fato, não há delimitações precisas entre as fronteiras que separam uma FD de

⁸ O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito se significa em uma situação específica dada. (Orlandi, 1999, p.31)

outra(s), o que leva Authier Revuz (1982, apud Brandão) a afirmar que o discurso nunca é homogêneo e, ao deixar transparecer a subjetividade do enunciador, mostra a sua heterogeneidade. E a linguagem aí, num discurso constitutivamente heterogêneo, “não é mais evidência, transparência de sentido produzida por um sujeito uno, homogêneo, todo poderoso. É um sujeito que divide o espaço discursivo com um outro” (BRANDÃO, 1994, p.50).

Podemos compreender, assim, as diferentes manifestações da língua em diferentes discursos, o que na perspectiva de Bakhtin (1997:109) equivale dizer que *a enunciação é de natureza social*, as palavras de um falante ou de um texto estão perpassadas pela perspectiva do outro e de sua fala (dialogismo). O dialogismo é o permanente diálogo entre os diversos discursos que configuram uma sociedade, uma comunidade, uma cultura, ou seja, trata-se do discurso de outrem que está sempre no seu. Segundo o autor, compreendemos os enunciados alheios quando “reagimos àquelas (palavras) que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (1997:95). O que nos importa é a interação dos significados das palavras e seu conteúdo ideológico, não só do ponto de vista enunciativo, mas também do ponto de vista das condições de produção.

3.5 Paráfrase e Polissemia

Conforme Orlandi (1993), a produção do discurso se faz na articulação dos processos parafrásico e polissêmico:

O processo parafrásico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas (matriz da linguagem.) O processo polissêmico é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes,

múltiplos (fonte da linguagem). A polissemia permite deslocar o que na linguagem representa o sedimentado. (1993, p.20)

Orlandi (1999) propõe uma caracterização do discurso em tipos estabelecidos a partir da relação entre interlocutores, a partir da linguagem em suas relações parafrásicas e polissêmicas. São estes: discurso autoritário, o discurso polêmico e o discurso lúdico. No autoritário, prevalece a paráfrase; a polissemia é contida e, portanto, a linguagem não se apresenta marcando a interlocução entre os sujeitos, ou seja, o sujeito exclusivo impõe um só sentido, o objeto do discurso praticamente desaparece, dominado pelo próprio dizer. No polêmico, há tensão entre polissemia e paráfrase, a polissemia é controlada, portanto existe a possibilidade de mais de um sentido, a reversibilidade é disputada pelos interlocutores e o objeto do discurso é direcionado pela disputa entre esses. No lúdico, tende-se para a polissemia, que é aberta, a reversibilidade entre os interlocutores é total e o objeto do discurso se mantém como tal. Nenhum desses discursos na realidade existe na sua forma pura. O que ocorre é um jogo de dominância entre eles. Na opinião de Orlandi (1995) o tipo de discurso dominante em nossa sociedade é o autoritário, com a linguagem tendendo para o mesmo, e o analista de discurso, enquanto participante de uma sociedade crítica, tem como objetivo maior a instalação do discurso polêmico.

3.6 O "não dito" e o Discurso

Ainda em relação aos sentidos que constituem o discurso, há sentidos que são silenciados no discurso, mas isto não quer dizer que quando silenciados não signifiquem: nas palavras de Orlandi, o silêncio também significa:

(...) quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam. (2002, p.14)

Orlandi propõe que existem diversas maneiras do silêncio se significar no discurso. Ela denomina estas possibilidades de silêncio-fundador, o silêncio constitutivo e o silêncio local. Essas duas últimas formas constituem a política do silêncio; a linguagem é política, ou seja, sempre tem uma direção determinada pelas relações de poder no seu trabalho simbólico, e, portanto o dizer está sempre relacionado a uma forma de silenciamento.

O silêncio fundador, presente nas palavras, representa o recuo necessário para que outras coisas sejam ditas, outros sentidos se signifiquem. Significa o *não-dito*. Este silêncio é o que sustenta o fato de que a linguagem é política. Ele é a base da política do silêncio. Por outro lado, o silêncio constitutivo é a parte do sentido que se apaga ao se dizer: quando se diz algo, necessariamente se apagam outros dizeres. Finalmente o silêncio local é o produzido ao se proibir alguns sentidos de circularem, refere-se à censura propriamente dita.

A Análise do Discurso, então, relaciona sujeito, linguagem, história e ideologia, sendo que nesta intersecção o sujeito, ao produzir linguagem, o faz somente "dentro", pelo discurso. A subjetividade, é então, marca de qualquer discurso, e o real não é sinônimo de um referente pré-estabelecido que o discurso representa, mas uma instância com a qual o sujeito mantém pontos de contato a partir de sua relação com a língua e a história.

Assim, a partir desta perspectiva, estaremos interessados em compreender o modo como as determinações históricas e ideológicas que constituem o discurso sobre os Portadores de Necessidade Especial (PNE), numa sociedade como a nossa, produz

sentidos, isto é, como, enquanto discurso, os sentidos sobre o PNE passam por uma interpretação que é historicamente determinada:

Nessa perspectiva, a definição que se coloca como produto de partida é que caracteriza a linguagem como transformadora. Ação sobre a natureza e ação concentrada com o homem. Não é, pois, ação no sentido geral, em que a pragmática a considera. Para os objetivos da análise do discurso é preciso que esse compromisso pragmático da linguagem seja mais especificamente marcado pelo conceito de social e histórico. Um compromisso que coloque a capacidade de linguagem na constituição da própria condição da espécie, já que o homem não é isolável nem de seus produtos (cultura), nem da natureza. Daí considerar a linguagem como interação, vista está na perspectiva em que se define a relação necessária entre homem e realidade natural e social. (Orlandi, 1993, p.17)

A relação do sujeito com o real, portanto, é sempre incompleta, tendo como ponto de partida o imaginário. É a partir de uma relação imaginária com suas condições de produção que o sujeito produtor dos materiais aqui analisados constitui permanentemente os sentidos sobre o PNE.

3.7 Sujeito: Forma - sujeito , Posição – sujeito

Na perspectiva da AD, o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, não sendo a origem nem a fonte absoluta do sentido, pois na sua fala outras falas se dizem. Sendo interpelado pela ideologia, relações e sentidos são construídos historicamente na sociedade.

Conforme Orlandi:

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta a língua para sabê-la. (1999, p.50)

As condições de produção do discurso, portanto, determinarão a impressão de sentidos produzidos e quais seus efeitos. Aí está a tarefa do analista.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO

Analisaremos primeiramente, três cartazes elaborados pela Fundação Catarinense de Educação Especial, década de 1990.

A Fundação Catarinense de Educação Especial tem como objetivo fomentar, produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico referente à educação especial, coordenando a definição e implantação da política nessa área no estado de Santa Catarina, estando vinculada à Secretaria de Estado de Educação e Inovação. Tem, portanto a responsabilidade de definir os rumos da Educação Especial em Santa Catarina. Dentre seus objetivos se encontram promover a capacitação de recursos da rede regular e especial de ensino, garantindo o atendimento à pessoa com deficiência mediante ações de prevenção, reabilitação, educação e trabalho na perspectiva da educação inclusiva. Repensar ações, redefinir propostas, investir profissionalmente, reatar relacionamentos, recriar vínculos capazes de dar o suporte necessário à continuidade dos serviços oferecidos ao PNE permeia todos os objetivos. Sendo Santa Catarina e a FCEE pioneiros na adoção de uma política de educação inclusiva, sustentada pelos preceitos constitucionais de cidadania, democracia e participação igualitária, os mesmos vêm buscando, em função da atual conjuntura social, redimensionar as práticas que fundamentam esta política.

Conforme documento da FCEE:

A missão da FCEE é definir, coordenar e executar a política de educação

especial em Santa Catarina, desenvolvendo pesquisas, tecnologia e capacitação profissional, contribuindo cientificamente para a produção de conhecimentos que visem à **educação, reabilitação e integração das pessoas com necessidades especiais, assegurando o direito da cidadania... redimensionando assim o “olhar” sobre a pessoa com necessidades especiais.** (grifo meu) (1996, www.fcee.gov.br).

A partir desses pressupostos, procuraremos aqui analisar e refletir sobre alguns cartazes e materiais de divulgação elaborados por esta instituição.

Começaremos com o cartaz seguinte:



No cartaz vemos o seguinte enunciado:

VÁRIAS BARREIRAS IMPEDEM A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS

PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE.

UMA DELAS É O PRECONCEITO

O preconceito é derivado do desconhecimento e gera atitudes discriminatórias.

VOCÊ JÁ REFLETIU SOBRE ISSO?

No referido cartaz, sua forma gráfica, seu desenho (dizeres escritos em um buraco em um muro de tijolos à vista) nos remete a algo destruído, estragado.

Já no texto, destaca-se o enunciado “*peçoas portadoras de **deficiência** na sociedade,*” referindo-se ao PNE relaciona-se a sentidos de falta, de carência e de falha. Remete, portanto, a história dessas pessoas que desde a antiguidade clássica eram consideradas como aquelas que se encontram desarmadas, desprotegidas e incapazes de lidar com situações de vida cotidiana, sendo então excluídas.

Foucault nos fala que o enunciado em si não constitui uma unidade, pois ele se encontra na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem, ele é:

(...) sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente (1986, p.32), trata-se de “uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que faz com que [estas] apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (p.99).

. É por isso que no enunciado do cartaz, mesmo tentando divulgar sentidos de

inclusão, os autores ainda são interpelados por esta memória construída historicamente na sociedade ocidental em que o PNE era abandonado e excluído. O uso da expressão **portadores de deficiência** no cartaz remete a todo um pré-construído, marcado pela incapacidade e inutilidade destas pessoas, e mesmo que os sujeitos da FCEE tentem modificar os sentidos estabelecidos por esta memória, são ainda interpelados pela subordinação imposta pela ideologia, fazendo-os assumir uma posição relacionada a um discurso de exclusão.

A enunciação também se caracteriza por sua natureza de troca, isto é, o ato de enunciação coloca em relação dois sujeitos: um sujeito que fala, “eu” e um sujeito para quem se destina o enunciado produzido, “você”, o interlocutor. Conforme Benveniste:

(...) Toda a enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário. (1989,p.84)

Sendo assim, a enunciação é caracterizada como uma atividade em processo – um processo que estabelece um diálogo entre locutor e interlocutor. O texto, nosso objeto de estudo, é o resultado deste circuito de produção, já que nele existem o eu e o tu/você pressupostos. O processo de enunciação pode ser entendido como o lugar onde se manifestam os recursos lingüísticos do discurso, tornando possível a identificação do processo de sua produção. Com isso, entendemos a escrita como uma das formas de atividade de funcionamento da língua. É através dessa atividade que se evidencia a ação do locutor na construção de enunciados e sua relação língua/mundo.

O enunciado: “*várias barreiras impedem a integração*” sugere que o PNE está excluído, impedido, e que a sociedade não é para ele; não o inclui. Aqui, percebemos novamente o dizer cristalizado, sedimentado, que separa nitidamente o mundo dos

“perfeitos”, “normais”, do mundo do PNE.

Percebemos também que o PNE está excluído não só pelo enunciado acima mas, principalmente, porque ele não se enuncia, não tem lugar na enunciação.

Conforme Sasaki (1997, p.47):

(...) pelo modelo social da deficiência, os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando-lhes incapacidade (ou desvantagem) no desempenho de papéis sociais...

A instituição produtora do material aqui analisado percebe a questão da segregação do PNE, mas continua denominando o PNE como uma pessoa portadora de deficiência. Isto remete a toda uma memória relacionada à exclusão, como já mencionado.

Existe uma ruptura no discurso, e o fato dessa integração está marcado pelo interdiscurso, a memória, o não dito (não-sentido), pela impossibilidade de existir uma linearidade, uma “normalidade” no fato da inclusão do PNE. O preconceito é aqui evidenciado, reforçado por esse espaço branco, vazio, podendo nos remeter à falta, ao vazio materializado no discurso da incapacidade, do “sujeito fragmentado” que é o lugar comum que compete ao excluído.

Percebemos que os enunciados usados no cartaz visando a inclusão não têm sustentação, pois falando do lugar do poder, produzem um discurso autoritário; tentando conter os sentidos possíveis, submetendo os locutores ao “seu” sentido. O que está evidente, marcado linguisticamente, é a posição do sujeito no que diz respeito à

necessidade de inclusão através da palavra integração.

Sendo assim, partiremos agora para a análise de outro cartaz produzido pela FCEE:



Os enunciados são os seguintes:

ACOMPANHAR

A TURMA

NUNCA FOI

PROBLEMA

PARA

ANA LUÍZA.

FOI SOLUÇÃO.

A integração do portador de deficiência na sociedade é fundamental para seu desenvolvimento.

Com este convívio, crianças como Ana Luíza vem obtendo resultados surpreendentes em sala de aula. O preconceito e a discriminação são uma das maiores dificuldades que os portadores de deficiência enfrentam na sociedade. Você não acha que está na hora de mudar isso?

Falaremos agora sobre o enunciado "**integração**". Ao afirmar que quer integrar o portador de deficiência na sociedade, a instituição está novamente trabalhando com essa memória de preconceito, mas buscando modificar este panorama através da proposta de sua integração. A posição da instituição está claramente atrelada à legislação vigente, que preconiza inclusão irrestrita a todos, porém, é a todo o momento interpelada pelo discurso da deficiência. No enunciado "*A integração do portador de deficiência na sociedade é fundamental para seu desenvolvimento*", novamente percebemos o uso da palavra "**deficiência**" que remete a todo um pré-construído em que estas pessoas são vistas como "coitadinhas", inúteis, dignas de pena, sentidos estes arraigados na sociedade, permeados pelo preconceito e culpa. Como a instituição quer integrar, se ainda chama o PNE de portador de deficiência: isto remete novamente a uma memória estabelecida e sedimentada, permeada pela exclusão.

O que dizemos, nos atos enunciativos, está sempre inscrito no interior de algum discurso, o que significa que estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente e (re)afirmando verdades estabelecidas pelos detentores de poder e saber do

seu tempo. Precisamos ressaltar que estas questões históricas e sociais não são imediatamente visíveis nos enunciados, mas não estão inteiramente ocultas também. Pode ocorrer que um enunciado seja confundido com outro, mas isso não quer dizer que “são” a mesma coisa.

Assim, por exemplo, o enunciado do cartaz ressaltando que “*Acompanhar a turma nunca foi problema para Ana Luíza. Foi solução.*” Está aí investido muito mais do que se supõe em um jogo de palavras: põe em jogo um conjunto de “possibilidades” de aparecimento e delimitação de discursos parafrásticos e sedimentados do sistema capitalista, tais como: para ser bom tem que ter êxito na escola, para todo problema existe uma solução, da competência provem a eficiência, querer é poder, e vários outros discursos de “causa e efeito”.

A escola, ao dividir os alunos e o saber em séries e graus, num sistema recompensatório para os alunos que se moldam aos movimentos regulares impostos pelo sistema, contribui para evidenciar as diferenças entre os alunos. Aqueles que não conseguem ser aprovados são punidos com a “retenção ou a exclusão”. Conforme Tragtemberg as relações de poder estabelecidas na escola são consolidadas pela:

(...) reprodução das relações sociais de produção quando: a) contribui para formar a força de trabalho; b) contribui para inculcar a ideologia hegemônica, tudo pelo mecanismo das práticas escolares; c) contribui para reprodução material da divisão em classes e d) contribui para manter as condições ideológicas das relações de dominação. O aparelho escolar impõe a inculcação ideológica primária (...) A escola inclui, na forma de rudimentos, técnicas indispensáveis à adaptação ao maquinismo, em geral na forma preparatória. (1985, p.43)

O capitalismo apresenta-se como a única proposta de sistema social viável para os

nossos dias, afirmando ser necessário concordar com suas regras e suas conseqüências.

Conforme Borón:

(...) a democratização se expande no discurso e na ideologia dos regimes democráticos, mas a cidadania é negada pelas políticas neoliberais que tornam impossível o exercício dos direitos dos cidadãos. Quem não tem casa, nem comida, nem trabalho, não pode exercer os direitos que, em princípio, a democracia concede a todos por igual. (1995, p.188)

Portanto, não adianta incluir sem mudar a perspectiva da escola, a qual não possibilita que o PNE se mostre dentro do que ele é.

Também é importante salientar que é o PNE que tem que procurar se integrar à escola, sendo que a esta cabe apenas o papel de recebê-lo, não sendo responsável pelo processo de inclusão. Cabe ao PNE conseguir chegar onde estão os outros alunos e assim mostrar que é “capaz de ser integrado”.

Sendo assim, as perspectivas de uma sociedade inclusiva tornam - se praticamente impossíveis para o PNE, que está praticamente fora deste sistema competitivo e da produção de riquezas.

Podemos observar também uma ocultação do tipo de problema que Ana Luíza possui, tornando o sentido do cartaz reducionista e permeado pela máxima de que “todo deficiente é igual”. Tanto no enunciado “*o preconceito e a discriminação são uma das maiores dificuldades de que os portadores de deficiência enfrentam na sociedade*”, quanto na imagem, estão sendo negligenciadas as diferenças, por não se esclarecer qual o tipo de problema que a garota possui, mostrando assim a própria dificuldade da instituição em lidar com o mesmo.

Quando no cartaz se pergunta: *“Você não acha que está na hora de mudar isso?”*

O discurso da instituição, como na análise do cartaz anterior, pressupõe abrir espaço para o discurso “do outro”, como que deixando que se manifeste, mas de forma **restrita**, tornando clara a sua hegemonia com relação aos sentidos que o interlocutor deve (re)produzir sobre o PNE.

Ainda referente ao cartaz, como um todo, também podemos observar, conforme Orlandi que:

(...) nas formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas, podemos perceber que os sentidos escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições... entre o sedimentado e o a se realizar. Assim a linguagem nunca é transparente, ultrapassando os limites do “dizível e provocando sentidos inimagináveis”. (1999, p.53)

Percebemos assim que os enunciados e as imagens materializam os sentidos de uma formação discursiva de exclusão, marcada especialmente pelo constante uso do enunciado “deficiente”, ainda que seu objetivo seja o de integrar.

Faremos agora a análise de um terceiro cartaz produzido pela instituição, apresentado na figura a seguir :



INTEGRAÇÃO

DA PESSOA

PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

NA ESCOLA

REGULAR.

Integrar ou não integrar: esta não é a questão. Ocupar de fato um lugar. Quem assume esta posição? O governo já está fazendo sua parte. E você?

Aqui, podemos perceber novamente que o lugar a partir de onde fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. O enunciado: “*Quem assume esta posição? O governo já está*

fazendo sua está fazendo a parte” remete a sentidos relacionados ao estado enquanto detentor do poder e cumpridor dos seus deveres. Se as coisas não estão bem, ele está isento de qualquer responsabilidade, pois já está fazendo a sua parte. Quando se questiona: “*E você?*” o enunciado “**você**”, diferentemente do primeiro cartaz analisado, em que o enunciado nos possibilita uma reflexão sobre o tema; torna claro através da interrogação, uma maneira sutil de intimidar o interlocutor. Podemos entender que todo o enunciado do cartaz está sendo dirigido ao restante da sociedade, ou à sociedade em geral (não incluindo aí o governo) pois este já fez sua parte.

Volta-se assim ao velho e cristalizado discurso: Nós (o estado) damos a oportunidade; vocês (a sociedade) é que não se organizam, ou não querem se organizar. O discurso dominante da instituição está isento, ou fora de um “real” compromisso com a integração ou inclusão. Você não deve ter preconceito, não por causa do PNE, mas para aceitar a política do governo.

A foto da menina em uma cadeira de rodas, impossibilitada de descer a escada, olhando para a janela, porém sem conseguir alcançá-la, remete a uma falta de perspectiva para o PNE reforçando sua incapacidade. Poderia ter sido colocada a mesma foto, porém com a janela em um nível mais baixo, juntamente com uma rampa que proporcionasse condições de locomoção e maior autonomia da criança. Esta mesma foto explicita que o governo **não** está fazendo sua parte, visto que seria sua obrigação viabilizar a construção de uma rampa na escola.

Se o governo já tinha uma posição hegemônica no interior, aqui ele vem confirmar cada vez mais quando diz que manda e que está fazendo sua parte. Mas não está, na medida em que não há uma rampa no lado da escada. Percebemos que nem a instituição consegue se afirmar naquilo que promete, pois a mesma está sempre interpelada pelo discurso da exclusão.

Diante dessas condições de produção, temos como efeito de sentido a perpetuação do discurso filantrópico e autoritário dominante nesta área (educação especial). Conforme Haroche (apud Orlandi, 1999, p.51).

(...) no decorrer da história o homem vem sendo subordinado a diversos discursos. Ela nos diz que, na modernidade, “a subordinação explícita do homem, que era ao discurso religioso, passou a uma subordinação menos explícita; sendo então discurso de subordinação do homem às leis: com seus direitos e deveres”.

Em uma sociedade capitalista marcada pela desigualdade, o sujeito precisa ocupar o seu lugar. As leis estão aprovadas mas é necessário que os sujeitos reivindiquem seus direitos. O enunciado “*Integrar ou não integrar: esta não é a questão*” do cartaz, provoca no interlocutor dúvidas relacionadas à memória discursiva e um escorregamento nos seus sentidos. Ao enunciar que o fato de integrar ou não integrar não é a questão, o locutor possibilita-nos um estado de confusão, já que o discurso convencional, tradicional e esperado coloca a integração como questão primordial. A glosa “*ocupar de fato um lugar*” sugere que o PNE não está verdadeiramente ocupando algum espaço, o que caracteriza um discurso que denuncia a exclusão discursiva.

O enunciado “*integrar ou não integrar não é a questão*” também pode significar que não se trata de ser ou não “integrado” (por outros) mas sim de “*realmente ocupar um lugar*”, o lugar no discurso que dá o direito à rampa, a bancos e banheiros adaptados, etc...

De tal modo, este cartaz muda a relação com o PNE, o colocando em uma posição de interlocução. Percebemos a ambigüidade do enunciado: “*Integrar ou não ... Quem assume essa posição?...E você?*” O “você” pode ser inclusive o próprio PNE.

Conforme Orlandi (1995, p.) “*o silêncio é o reduto do possível, do*

múltiplo.”.

Sendo assim, através do trabalho do silêncio, é permitido que sentido e sujeito se movimentem nos limites das formações discursivas. Ou seja, falar de integração, ou inclusão, nos remete automaticamente a vários sentidos já estabelecidos, sendo estes sempre vinculados à exclusão social.

O “impedimento” à integração do PNE está marcado em todos os cartazes! Em todo o material pesquisado percebemos o uso do enunciado “**deficiente**”; o que implica necessariamente no conceito e na separação do normal com o “deficiente”.

Estas “marcas” – evidentes ou não - tendem a reforçar e produzir uma inscrição reforçadora do discurso pedagógico, parafrástico que circula acerca da educação especial, colocando o PNE sempre como alguém que desconhece, o sujeito da falta, tornando suas possibilidades de se tornar “igual” praticamente impossíveis, pois as atitudes discriminatórias estão presentes na própria elaboração dos cartazes, quando estes deixam claro que o mesmo é “**deficiente**”. A cristalização dos sentidos produzidos e permeados pela “exclusão” está evidente em todas as linhas. O sujeito não é dito em terceira pessoa. Somente o terceiro cartaz aponta uma ruptura dessa relação. O trabalho da AD nos possibilita uma desconstrução desses sentidos para compreender o que significa o não dito ou o que dizer silencia ao dizer, ou ainda o que o dizer está interditando.

Analisaremos agora reportagens veiculadas pela mídia. A análise do discurso não trabalha exaustivamente na construção do corpus, mas sim de forma exemplar. As conclusões possíveis a partir da análise de alguns enunciados exemplares poderão ser válidas para outros textos inscritos, pois o que se conclui é sobre o funcionamento do discurso e não exatamente sobre um texto específico. Portanto, analisaremos alguns textos,

que apesar de terem sido elaborados em épocas diferentes repetem o funcionamento do discurso dominante sobre o PNE.

Reportagens produzidas pela mídia impressa. Discurso Midiático.

Não podemos negar o poder dos Meios de Comunicação sobre a produção de conhecimento, de opiniões e do modo de ver a sociedade. A descarga de imagens, mensagens auditivas e visuais transmitidas pelos meios de comunicação, afetam a população em geral de uma maneira espantosa e significativa. Evidentemente, é de extrema importância o papel que os MCM (Meios de Comunicação de Massa) têm na apropriação do conhecimento e no estabelecimento de certos sentidos com relação ao PNE.

Segundo a Organização Mundial de saúde, 25% da população do planeta está diretamente envolvida com a questão da deficiência. No Brasil, hoje, existem perto de 16 milhões de PNE. Se para cada um existe pelo menos uma pessoa ligada a ele, isso representa 32 milhões de pessoas interessadas no assunto. Contudo, apesar deste enorme contingente, os meios de comunicação parecem desconhecer este seguimento marginalizado e estigmatizado.

Nos MCM, exatamente como na vida, os detalhes relativos ao PNE pouco aparecem; e quando isso acontece, tratam-no de forma a reforçar os preconceitos que existem em relação a essas pessoas, ou simplesmente enfocam a questão da cura, como se a realidade da vida do PNE fosse demasiadamente desagradável ou complexa para ser levada em conta.

Até a década de 70, jornal, rádio, TV e cinema só se aventuravam a falar da deficiência em campanhas de caridade, ou quando, para dar mais dramaticidade à ficção

mostrada em novelas e filmes, surgia a figura do PNE. Em ambos os momentos, era utilizada uma imagem estereotipada, que mostrava essas pessoas não como um todo, mas como uma parte; em uma forma fragmentada, distante da realidade destas pessoas.

Atualmente, muitas organizações que reúnem o PNE têm se fortalecido e adquirido voz ativa junto aos órgãos governamentais e à população. A questão da inclusão vem sendo amplamente discutida em todos os meios.

Junto a esse processo, os MCM, no caso aqui analisado, vêm amadurecendo sobre assuntos relacionados ao PNE, sendo a questão do “diferente” vista como uma questão de política social, e, seguindo a tendência mundial, abordando a questão da inclusão.

Faremos uma análise de reportagens veiculadas pela imprensa, as quais reproduzimos em fac-símile abaixo. A primeira, no jornal Diário Catarinense, de 24/07/86, a segunda, no Jornal O Mossoroense, de 11/04/06 e a última no jornal Diário do Nordeste, de 03/05/06. Analisaremos também um artigo da revista Gente Especial, numero um, de maio de 1998.

Reprodução da Reportagem do Diário Catarinense: 24/07/86.

APAE se mantém com dificuldade

Blumenau - "Não se faça de bobo. Leia isso e ajude a APAE. A APAE está agonizante. A situação financeira está difícil". Esta é a mensagem dos cartazes da campanha lançada pela Associação de PAIS E amigos dos Excepcionais na tentativa de resolver seus graves problemas financeiros.

Com um déficit de mais de Cz\$ 70 mil nos últimos dois meses, a APAE viu na campanha a única alternativa para sensibilizar a comunidade e aumentar o quadro de associados, hoje com 1 mil e quinhentas pessoas. Os cartazes foram

distribuídos nas empresas e pedem a autorização de um depósito bancário automático, com a doação de qualquer quantia.

A APAE atende 237 excepcionais em regime de externato e semi-internato. Cada cliente custa Cz\$ 626 e a ajuda recebida da LBA, Governo do Estado e Prefeitura não é suficiente para cobrir os gastos com as crianças, folha de pagamento e despesas gerais. Por isso, cada excepcional representa um déficit de Cz\$ 165 na arrecadação.

Segundo Valdemiro Frutuoso, secretário

administrativo da entidade, os problemas começaram depois do Plano Cruzado. Com o reajuste salarial de fevereiro e o custo das tarifas bancárias, a situação piorou. "Para o associado não compensa contribuir com quantias inferiores a Cz\$ 20 devido à cobrança das tarifas bancárias", explica Valdemiro.

Por isso, as contribuições diminuíram e muitos bancos simplesmente não cobram.

O secretário administrativo prevê que, se a campanha não surtir efeito, a APAE poderá suportar o déficit por mais

quatro meses, utilizando o que resta do fundo de caixa.

O desequilíbrio do orçamento não é o único problema da APAE de Blumenau. Devido a falta de estrutura, a entidade recusou 60 matrículas este ano. Com a falta de salas de aula, até o hall está sendo utilizado pelos professores. A construção de novas salas é realizada lentamente, de acordo com a situação financeira da entidade.

Técnicos com nível superior custam caro, o que torna proibitiva a contratação de mais profissionais.

Ao analisarmos o material, observamos que os sentidos produzidos pela reportagem são sustentados por dizeres envolvendo a filantropia. Materializados nos verbos, tais como: **ajudar, pedir, doar, contribuir**. Esse discurso está ligado a um paternalismo que visa atender aos que não conseguem se integrar à sociedade. No decorrer da nossa história, a filantropia tem sido usada como recurso desmobilizador pelo estado capitalista a fim de facilitar a administração das desigualdades sociais. Buscando manter as pessoas (nesse caso o PNE) em lugares próprios à sua condição, vem enfatizar o fato de que sua situação é imutável e suas dificuldades insuperáveis, perpetuando assim sua discriminação e exclusão.

O que também pode ser observado neste material, relaciona-se ao próprio discurso da Mídia, neste caso a imprensa, que perpetua esta memória construída acerca do PNE. O enunciado: "*Não se faça de bobo*" sugere que não devemos assumir essa posição, não devemos nos colocar nesse lugar (ridículo, impróprio), pois "bobos são eles".

Além disso, o fato da instituição APAE estar atravessando dificuldades financeiras, perceptíveis nos enunciados: “*agonizante, aceitando qualquer quantia*” como ajuda para sanar suas dificuldades, assim como os enunciados “*Com a falta de salas de aula, até o hall está sendo utilizado pelos professores. A construção de seis novas salas é realizada lentamente, de acordo com a situação financeira da entidade*” mostra que a imprensa também vem reforçar o discurso circular relativo à educação e saúde, o qual é permeado pela incapacidade político-administrativa perpetuada através dos nossos governos, cuja função é a de manter as coisas funcionando do jeito que estão, ou seja, a ineficiência faz parte do projeto capitalista, sendo até mesmo desejável. Assim, vemos que a Mídia enquanto instituição e como discurso também sofre a interpelação ideológica, nos termos de Althusser:

Em outras palavras, a escola (mas também outras instituições do Estado, como a Igreja e outros aparelhos como o Exército) ensina o “Know how”, mas sobre formas que asseguram a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua “prática”. Todos os agentes da produção, da ideologia e da repressão, sem falar dos “profissionais da ideologia” (Marx) devem de uma forma ou de outra estar “imbuídos” desta ideologia para desempenhar “conscientosamente” suas tarefas, seja a de explorados (os operários), seja a de exploradores (os capitalistas), seja a de auxiliares na exploração (os quadros), seja a de grandes sacerdotes da ideologia dominante (seus funcionários), etc. (1985, p.58).

Por fim, salientamos outro enunciado: “*cada excepcional representa um déficit*”. Este enunciado aborta qualquer possibilidade de vermos o PNE enquanto cidadão capaz de participar e contribuir de forma ativa para a manutenção da instituição e na construção da sua história. Novamente o dizer silenciado, no qual está implícito que este indivíduo representa um transtorno e prejuízo para a APAE e toda a sociedade. Esse sentido é próprio

da memória construída acerca do PNE enquanto sujeito “deficiente”.

Analisaremos agora uma reportagem veiculada na revista Gente Especial.

Gente Especial, número 1, de maio de 1998, intitulada “Turismo para todos”.



TURISMO

DÚ ZUPAPNN

Famosa pelo ecoturismo e pelas belas praias, Bertioga prepara-se para receber turistas especiais. Entidades particulares realizaram atividades na cidade despertando a consciência da prefeitura e da iniciativa privada

TURISMO PARA TODOS

Tranqüilidade e aventura misturam-se num cenário de exuberância natural. Bertioga conta com 33.100 metros de praias limpas e belas, que permitem natação, prática de atividades esportivas, recreativas, pesca e lazer e uma parte da mata atlântica preservada, que oferece uma variedade de fauna e flora para ser admirada. Em vista das belezas naturais e da fácil acessibilidade e proximidade de um grande centro que é São Paulo (115 Km), a cidade foi sede de atividades de grupos que trabalham com portadores de deficiência. Essas experiências resultaram em uma consciência do turismo voltado para essa população, por parte da prefeitura e dos empresários da região.

TRIDEF

Em 1994, o Rotary de Bertioga realizou uma trilha voltada para o portador de deficiência física. A idéia era oferecer um programa diferente, preenchendo a lacuna de atividades de lazer para essa parcela da população, com a possibilidade de trazer um acompanhante deficiente ou não. Com os custos arcados pelo Rotary Nacional e apoio da agência de turismo Suinã, a trilha obteve êxito e acabou se transformando no programa TRIDEF (Trilha para Deficiente), que realiza essa atividade duas vezes por ano.

Este projeto foi ponto inicial para que o empresariado e a prefeitura tomassem consciência da existência desse público. A primeira sinalização especial de trânsito na cidade foi feita pelo Rotary e hoje passou a ser obra da prefeitura. Itens como estacionamento privativo, isenção de pagamento na orla da praia e uma cláusula que regulamenta a adaptação de ambientes públicos e particulares no novo código de

obras em votação na Câmara, são conquistas advindas destas atividades. “Bertioga possui a característica mista de interior e praia, que atrai o público em geral. Estamos investindo, agora, em ações sociais. Nosso lema é o respeito pela vida e caminhamos para receber melhor os portadores de deficiência e poder servir de modelo para a baixada do Estado de São Paulo”, conta Luiz Carlos Rachid, prefeito do município.

Acampamento Inclusivo

O ponto máximo na expansão do turismo para o portador de deficiência veio novamente de uma entidade particular. Em janeiro/98, a Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil (APABB) realizou seu I acampamento inclusivo na pousada Recanto Tropical, em Bertioga. Com trinta e sete acampantes, entre eles quatro adolescentes não portadores de deficiência, a proposta inclusiva era uma meta desde o início da atividade. No primeiro momento, a reação foi de espanto dos outros hóspedes e dos usuários das duas praias vizinhas. Com o decorrer do acampamento, crianças e adultos participaram das brincadeiras, mesmo que de forma inconstante.

“O interessante foi levar o grupo à sociedade, o pessoal estava no lazer deles e viu pessoas portadoras de deficiência na mesma sintonia, como eles”, ressalta Vinicius Savio, coordenador de esportes e recreação da APABB. A prefeitura deixou a disposição da associação uma equipe médica de plantão e todo apoio para qualquer problema que eles tivessem. Pais de crianças deficientes de Bertioga, também trouxeram seus filhos para participar das atividades.

Amanhã Sem Barreiras

Segundo Vinicius “Bertioga não é uma cidade totalmente adaptada, mas nenhuma cidade, hoje, no Brasil está preparada. Ninguém é obrigado a estar pronto pois a proposta de inclusão está começando agora”. Depois do acampamento, os empresários da rede hoteleira viram que existe um público, que na verdade é muito maior do que o grupo que esteve na cidade. Eles já estão



procurando mudar, pois o custo que há em construir uma rampa é menor e mais fácil do que erguer degraus de uma escada.

“A geração atual de portadores de deficiência constitui um grupo que está rompendo barreiras e aprendendo a lidar com o preconceito, ver pessoas olhando com espanto, atravessando a rua quando elas passam, deparando-se com barreiras arquitetônicas que dificultam sua vida. Para que daqui há alguns anos, os próximos acampantes desfrutem seu lazer sem nenhum obstáculo”, conclui Vinicius. A empresa de turismo Suinã esteve por trás destas atividades, dando apoio e suporte turístico e, vem apostando em parcerias para oferecer uma boa estadia para

os turistas especiais.

“A cidade ainda não tem a estrutura necessária para atender esse público, temos hoje hospitalidade, tranquilidade e estamos abertos para receber propostas de entidades. Eles dizem o que precisam e nós tentamos conseguir, na medida do possível”,

salienta Du Zuppani, proprietário da agência. A prefeitura e a iniciativa privada estão se preparando para arrumar a cidade. “Os hotéis novos já serão construídos adaptados ao portador de deficiência. Estamos em contato com a Europa e, para atingir também esse público, temos que incorporar a filosofia de ‘turismo para todos’ que eles praticam. Portanto, temos que estar adaptados a todos, inclusive aos deficientes”, afirma José Carlos Vasquez, diretor de Turismo da cidade.

Nessa reportagem podemos observar que a imprensa reproduz o discurso institucionalizado sobre o PNE, o qual está norteado pelas propostas de inclusão. No enunciado: “*O interessante foi levar o grupo à sociedade, o pessoal estava no lazer deles e viu pessoas portadoras de deficiência na mesma sintonia, como eles*”, fica clara a argumentação em favor das propostas de inclusão. Os subtítulos da reportagem “*Acampamento Inclusivo*” e “*Amanhã sem barreiras*” corroboram com o discurso pró-inclusão. Assim, quando o autor da reportagem escreve “*levar o grupo à sociedade*”, o enunciado confirma que o referido grupo não pertence à sociedade, que está nitidamente separado do restante dos turistas “normais”.

Já no enunciado “*Eles dizem o que precisam e nós tentamos conseguir, na medida do possível,*” percebe-se a presença do discurso circular relacionado com o paternalismo e filantropia, associado a um conformismo constante e incapacidade. Podemos constatar que

os dizeres da imprensa sobre o PNE, apesar de terem se passado treze anos, se comparamos os dizeres da reportagem agora analisada com a reportagem “APAE se mantém com dificuldade”, de 1986, observamos que a imprensa continua a reproduzir o discurso cristalizado que associa o PNE à filantropia e paternalismo.

Novamente observamos no discurso da imprensa, o uso do enunciado “deficiente” que, como já analisado anteriormente, remete a todo um pré-construído envolvendo a produção de sentidos sobre o PNE, tais como incapazes, desprotegidos e “anormais”.

Podemos perceber então que, embora a expectativa do discurso da imprensa que caracteriza a educação especial seja da afirmação da competência e inclusão do PNE, todas as posições materializadas nos enunciados aqui analisados, apontam para um outro sentido contraditório a esta expectativa, para um discurso silenciado, que é aquele da perpetuação dos sentidos voltados para a filantropia e incapacidade do indivíduo PNE. Além disso, percebe-se que os textos analisados constituem-se por uma heterogeneidade representada por sentidos contraditórios: ao mesmo tempo em que se fala em inclusão também exclui ao denominar o PNE de “deficiente”.

Analisaremos agora uma reportagem recente, veiculada pelo jornal Diário do Nordeste, de 03/05/2006, intitulada:

Apae de Maranguape ameaça fechar

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Maranguape está

ameaçando suspender as atividades por falta de recursos para pagar os salários dos funcionários. Há três anos, ações como rifas, bazares, bingos e shows beneficentes são realizados para suprir as carências da instituição. Mas, de acordo com a diretoria, não há mais condições da Apae funcionar sem rendas fixas.

Na tentativa de manter o atendimento aos 105 alunos, a instituição sairá às ruas do município, no próximo sábado, para tentar sensibilizar a população. A partir das 8 horas, com o apoio dos alunos, pais e funcionários do Colégio Sebastião de Abreu, será iniciada a campanha “SOS Apae - Abra seu coração, não deixe a Apae fechar”.

De acordo com a presidente da Apae, Virgínia Queiroz, os convênios com os Governos Municipal, Estadual e Federal são insuficientes para arcar com as despesas dos funcionários. Estes acordos arcam com alguns dos professores, a merenda escolar e o material didático. “Nosso principal problema é conseguir pagar os outros funcionários”.

O prédio da Apae, construído com a ajuda de voluntários em um espaço cedido pela Secretaria de Educação do Estado, também apresenta problemas. Dividido em sete salas de aula, galpão, corredores e parte administrativa, o espaço necessita de um piso, principalmente para facilitar o deslocamento dos alunos que andam de cadeira de rodas.

Mas, para os voluntários, a prioridade é não paralisar as aulas. “A aparência não é tão bonita, mas os funcionários dão o máximo que podem para fazer a Apae crescer. Hoje, a sociedade valoriza e vê o quanto é grande o significado de educar esses alunos”, destaca a diretora, voluntária desde a fundação da instituição, há dez anos.

O sentimento entre as outras mães é semelhante. “Infelizmente, a inclusão em nosso País é só uma lei. Minhas filhas e os outros alunos dependem da Apae”, ressalta Fátima Braga, mãe de Mariana e Sorana, de 15 e 24 anos, respectivamente.

Ao analisarmos este material, percebemos que os sentidos produzidos pelo discurso da mídia são praticamente os mesmos em relação à reportagem publicada de 1986, pelo jornal Diário Catarinense, produzindo assim um sentido parafrástico. Conforme Orlandi:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória [...] Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. (1999, p.36)

Sendo assim, destacaremos alguns desses dizeres sedimentados. No enunciado abaixo da reportagem **Apae de Maranguape ameaça fechar**, destacamos:

[A Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE)...] está ameaçando suspender as atividades por falta de recursos para pagar os salários dos funcionários [...] shows beneficentes são realizados para suprir as carências da instituição. [...] não há mais condições da Apae funcionar sem rendas fixas. [...] O prédio da Apae, construído com a ajuda de voluntários em um espaço cedido pela Secretaria de Educação do Estado, também apresenta problemas.

Os enunciados: **falta, beneficentes, carências, ajuda, voluntários, cedido**, remontam a sentidos de produzir dependência, incompletude, ficar tutelado pelo movimento de terceiros, prestar assistência, cristalizando o discurso filantrópico. Neste, o PNE fica impedido de se constituir enquanto cidadão, necessitando sempre de alguém ou algo, perpetuando assim sua exclusão, sendo condenado a eterno excluído.

Analisaremos agora um outro enunciado da mesma reportagem, em que o discurso sobre o PNE é materializado pela voz de um representante da APAE. Segundo Virginia Queiroz, presidente da instituição:

A aparência não é tão bonita, mas os funcionários dão o máximo que podem para fazer a Apae crescer. Hoje, a sociedade valoriza e vê o quanto

é grande o significado de educar esses alunos.

No enunciado acima, estão envolvidos múltiplos sentidos, tais como o da culpa. Esta é uma interpretação possível se observarmos o discurso silenciado relativo aos educadores que trabalham com o PNE, em que estão cristalizados sentidos como abnegação, paciência, heroísmo, filantropia, auto-gratificação, etc.

Analisaremos um último enunciado desta reportagem, agora materializado por uma voluntária e mãe de um aluno da instituição:

“A Apae representa parte da minha vida”, conta Silvanira Oliveira, voluntária e mãe de Odoriedson, hoje com 15 anos. “Desde os cinco anos ele estuda aqui. Acompanhei cada passo do seu desenvolvimento. Escutar a palavra fechar é muito doloroso. A Apae é a casa dele”.

Neste enunciado percebemos fortemente a dependência, tanto da mãe quanto do filho à instituição, e o enunciado “a Apae é a casa dele” remonta a memória (ou sentidos) do século passado, onde os “anormais” eram mantidos em asilos.

Analisaremos agora, uma última reportagem veiculada pelo jornal O Mossoroense, em 06/ 04/ 06.

Podemos observar os mesmos sentidos parafrásticos com relação ao discurso da mídia ao tratar do PNE:

Telemarketing é a maior fonte de recursos da Apae

Para fornecer tratamento e apoio psicológico aos deficientes de Mossoró a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) encontrou como principal fonte de captação de recursos as ligações para residências, divulgando as atividades e ações fornecidas e pedindo apoio para a manutenção da instituição.

A presidente da Apae, Teresa Cristina, que é mãe de uma aluna, disse que o sistema de telefonia arrecada cerca de 80% das verbas utilizadas na manutenção da associação. Ela lembra que além da arrecadação o sistema é importante por divulgar para a sociedade o trabalho prestado em Mossoró.

O telemarketing é o principal meio de captação de recursos atuais da Apae. Raionara Leite, operadora do serviço, afirmou que a função dela é gratificante e que a sua esperança e das colegas de trabalho é ampliar o número de mossoroenses caridosos e envolvidos com as causas sociais.

A presidente ressaltou que durante as ligações as telefonistas convidam a população a conhecer a sede da Apae. No caso das pessoas que não possam contribuir financeiramente, Teresa lembra que o serviço como voluntário também é válido e necessário na associação. Para aqueles que desejam contribuir com a Apae Mossoró com depósitos em qualquer quantia podem se dirigir ao Banco do Brasil, agência 0036-1, conta 18218-4. Para aqueles que desejam mais informações podem ligar para o número (84) 3315-2660.

No enunciado “Para fornecer tratamento e apoio psicológico aos deficientes de Mossoró”, novamente percebemos que o uso da palavra deficiente implica na separação entre o normal e o não normal. Os sentidos novamente remontam a um pré-construído sobre o PNE, já amplamente comentado anteriormente. A mídia, apesar de divulgar constantemente o discurso atual, que é o da inclusão, é atravessada também pelo discurso em que PNE é considerado incapaz, colaborando assim para a estagnação e perpetuação de certos sentidos cristalizados sobre o PNE.

Os enunciados *pedindo, gratificante, caridosos, contribuir e voluntário* estão contidos no discurso filantrópico e religioso, ambos circulares e parafrásticos. A aceitação de *qualquer quantia* sugere um desespero da instituição e reforça a incapacidade ou um descaso do estado em relação ao PNE, devido ao fato dele não estar integrado à “máquina de produção” do sistema capitalista. Infelizmente, podemos perceber que praticamente nada mudou em relação a 1986. Apesar de o discurso atual estar permeado pela inclusão, fato que em 86 ainda não se tornava evidente, observarmos como os sentidos vinculados pela mídia não se modificaram, ou seja, o pré-construído acerca do PNE é solidificando pela mídia que perpetua estes sentidos já estabelecidos e sedimentados.

Analisaremos agora artigo científico cujo tema favorece a inclusão do PNE, veiculado no III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, elaborado por Claudia Werneck. Discurso Científico.

O Discurso científico é produzido por especialistas em áreas específicas, sendo pautado imaginariamente pela busca “da verdade”. Está direcionado por e para uma “comunidade acadêmica” que determina o que pode e o que não pode ser dito. Sendo assim, o discurso científico fica restrito a uma circulação limitada; somente acessível a instituições e sujeitos previamente autorizados para fazer sua avaliação. Pode assim ser denominado de discurso autoritário, pois as posições do sujeito-cientista são determinadas, obedecendo a padrões previamente estabelecidos.

Para conceituar a divulgação científica como área do conhecimento, parte-se do

fato de que o ato de divulgar ciência liga-se, pela sua própria natureza, à estrutura da comunicação humana, necessitando de uma leitura específica de autores que discutem esse campo do saber e procuram organizá-los em seus componentes teóricos e didáticos.

Partindo de tais considerações, faremos a análise de artigo científico da jornalista Claudia Werneck, apresentado no III Congresso Sociedade Inclusiva, realizado na PUC de Minas Gerais de 24 a 28 de maio de 2004 (ver anexo).

Claudia é formada em jornalismo pela UFRJ e seu interesse pela educação especial começou na década de 90, ao perceber as dificuldades que seu sobrinho, portador de Síndrome de Down e sua família passavam. Começou, então, a escrever uma série de livros sobre educação especial, especificamente sobre o tema da inclusão. Sua trajetória é recontada cada vez que ela publica um novo livro, ou concorre a um novo prêmio.

Atualmente, Claudia é presidente da ONG Escola da Gente e é considerada pelos estudiosos da pedagogia, da psicologia e do serviço social uma referência sobre o tema da inclusão do PNE. A política do Brasil e do Estado está baseada nas propostas de inclusão defendidas por nomes respeitados na área, tais como Werneck, Romeu Sasaki, Rosita Edler, entre outros.

Começaremos analisando os enunciados introdutórios do artigo:

No ano passado, fiz um curso de marketing social com várias entidades de todo o Brasil. Cada entidade tinha que falar do seu trabalho e uma ONG muito conhecida, muito moderna de Salvador, descreveu assim o seu trabalho: “Na nossa ONG profissionalizamos todo e qualquer adolescente que lá chegue em busca de profissionalização. Pode ser rico, pobre, branco, negro, índio, mulher ou homem”. Eu disse: “Que bárbaro! Então vocês também profissionalizam jovens com deficiência?”. “Não, pelo amor de

Deus, isso não, nunca pensamos nisso, nunca passou pela nossa cabeça!”. Eles são maus, estão errados? Não. “Simplesmente foram criados, como todos nós, achando que a deficiência fazia parte de uma quarta dimensão da vida”.

Nas perguntas feitas pela autora “Que bárbaro! Então vocês também profissionalizam jovens com deficiência?” e “Eles são maus, estão errados?” podemos perceber certo sarcasmo, que reflete um não dito envolvendo um sentido em que a autora é a detentora do saber, aquela que é politicamente correta e justa, pois lembrou dos jovens com “deficiência”, enquanto os outros, os questionados, são pessoas ignorantes. Estes sentidos vão constituir um dos argumentos “pró inclusão” do texto, já que a autora é uma das representantes, dentro da comunidade científica, das propostas de inclusão do PNE. A política inclusiva do Brasil e do estado hoje, está baseada em propostas como as de Sandra Werneck, Romeu Kasumi Sasaki, Rosita Edler Carvalho, estudiosos que buscam seguir a linha de inclusão implantada na Europa.

Assim, o texto de Werneck se mostra um tanto “panfletário”, já que a autora constrói sua argumentação buscando convencer o seu interlocutor a aceitar as propostas inclusivas para a educação especial:

A estratégia que chamo de estratégia-mãe é a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Por quê? Nada provoca um desequilíbrio maior, nada acelera mais um processo de mudança do que essa questão de incluir pessoas de qualquer idade com deficiência nos vários momentos, trabalho, lazer e, principalmente, escola. Só que temos uma estratégia sem carisma, sem *appeal*, não temos muita graça. Por isso é preciso que nos diluamos [...] Se acho que inclusão é sonho, utopia, estou muito bem, porque é para lá que vou. O nosso desafio é convencer as pessoas de que elas têm necessidade de lutar por um mundo inclusivo. Como convencer as pessoas?

Essa, para mim, é a grande questão. E nesse dia, finalmente, a nossa pátria ficará mais gentil.

Além disso, ao tentar afirmar a proposta da educação total, inclusiva e irrestrita para todos, a autora o faz mostrando que a sociedade ainda não compreendeu estas questões, pois continua mostrando seu preconceito com relação ao PNE.

[...] Eles são maus, estão errados? Não. Simplesmente foram criados, como todos nós, achando que a deficiência fazia parte de uma quarta dimensão da vida [...] Isso é importante, triste e instigante porque mostra o quanto, ainda hoje, a caminho do terceiro milênio, a deficiência continua sendo uma questão da família e não conseguiu ser uma questão cultural ou social. Mas por que não conseguiu ser uma questão cultural ou social? Porque, infelizmente, ainda não é considerada uma questão humana. As crianças, de modo geral, crescem cúmplices das questões sociais do Brasil. Todos se sentem em débito e vêem na televisão todo dia o problema de quem passa fome, não mais humano do que a deficiência.

Como observamos no texto, a autora afirma que a questão da deficiência não conseguiu ser uma questão cultural ou social e que “infelizmente ainda não é considerada uma questão humana”. Contudo, percebemos que todos os enunciados soam como uma cobrança, e que por sua vez, a referida autora já está fazendo o seu papel politicamente correto ao abordar e defender o direito da inclusão. Como todo bom cidadão, ela está fazendo sua parte procurando fomentar debates sobre questões relacionadas ao tema. Porém, o simples fato da mesma se dirigir ao PNE como "deficiente", vem materializar através da língua um pensamento arraigado, que remete a todo um discurso de exclusão, sobre o qual já comentamos anteriormente. Assim, ao afirmar que os membros da ONG “foram criados, como todos nós, achando que a deficiência fazia parte da quarta

dimensão”, ela novamente se coloca ao lado dos que excluem ao utilizar o termo "deficiência" que remete seu dizer a uma memória em que o PNE não é visto como capaz e sim como um alguém que precisa de assistência.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

Através das análises constatamos que o discurso construído historicamente acerca do PNE historicamente produz efeitos de sentido diferentes. Assim, imaginariamente o PNE é significado de diferentes formas, sendo, contudo, considerado sempre alguém incapaz, colocado à margem da sociedade. Tomando como exemplo a imagem do PNE dominante na denominada era clássica da nossa sociedade ocidental, o mesmo não tinha sequer direito à vida, sendo “eliminado” logo ao nascer. Somente na Idade Média passou a ser tolerado, porém era visto como “castigo ou presente de Deus”, para a expiação dos pecados da humanidade. Nesta época, então, foi-lhe dado direito à vida, mas não junto à sociedade, pois eram confinados em asilos ou hospitais, numa maneira mais sutil de abandono. A exclusão nesta época era dada pela segregação, pois era negado ao PNE o acesso ao conhecimento e aos direitos concedidos à população em geral. Sua convivência era com os loucos.

A partir do século XVIII o PNE passou a ser visto como alguém com possibilidades, que poderiam ser desenvolvidas através de vários tratamentos e programas educacionais. Porém o estigma e o reforço da “diferença” continuavam, sendo o PNE “sempre” tratado em separado do resto da sociedade, internado e segregado em

instituições. Nem mesmo o advento da Revolução Industrial e posterior desenvolvimento do sistema capitalista modificou o modo de relacionamento com o PNE, que continuou excluído, pois a “deficiência” passou a ser vista como fator impeditivo para a produtividade. A partir da metade do século XX foram criadas classes e escolas especializadas, que, como já mencionado, funcionavam como “depósito” do diferente, do não capacitado para acompanhar a sociedade. Nessas instituições começaram a ser elaborados programas voltados ao treinamento do PNE, tentando deixá-lo o mais parecido possível com o “normal”.

A partir da década de 70 se começou a ventilar idéias relativas à integração do PNE à rede regular de ensino, possibilitando aos mesmos o direito de estarem integrados ao resto da sociedade, através de uma educação padronizada. Mas mesmo assim um cetro tipo de exclusão se perpetua, pois esta suposta integração exige que o PNE se adeque às regras e programas elaborados pela escola, isto é, a integração depende exclusivamente da capacidade do PNE se ajustar e não é exigida nenhuma contrapartida da escola. Atualmente existe um movimento mundial intensificando este sentido de integração, agora denominado inclusão total e irrestrita do PNE, e a política brasileira incorporou este movimento, ou seja, princípios de igualdade de direito para todos, “inclusive” para o PNE. Desde então o discurso institucionalizado é o da inclusão irrestrita e tanto o estado quanto a mídia e outros setores da sociedade colaboram para o estabelecimento deste paradigma.

Porém, ao analisarmos certos materiais produzidos por instituições envolvidas com a questão (propagandas institucionais, reportagens jornalística e artigo científico) percebemos que apesar dos esforços visando à inclusão do PNE, os sujeitos inscritos nesses discursos reproduzem sentidos cristalizados, perpetuando-os através da história, que são aqueles que reforçam a idéia de incapacidade do PNE, acabando por intensificar os sentidos da exclusão do mesmo. O que observamos nestes materiais é que em

determinados momentos, mesmo assentados em propostas de inclusão total e irrestrita do PNE, os textos mostram uma contradição, já que são atravessados por sentidos outros envolvendo uma memória de exclusão permeada pela filantropia. Um discurso no qual o PNE está sempre dito na 3ª. pessoa, como objeto e nunca se dizendo enquanto autor. Apenas em um caso vimos acenada a possibilidade (ambígua) de formar-se o PNE enquanto interlocutor em 2ª. pessoa (“você”).

De fato, no material analisado, mais de uma vez encontramos enunciados como “o deficiente”, “pessoas portadora de deficiência”, “pessoa deficiente”, “cada excepcional representa um déficit” e outros relacionados à filantropia como “ajudar, pedir, doar, contribuir”, sugerindo que as instituições: Fundação Catarinense de Educação Especial, os jornais Diário Catarinense (Florianópolis SC), Diário do Nordeste (Fortaleza CE) e o Mossoroense (Mossoró RN). Finalmente a Pontifícia Universidade Católica (MG) através do III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, mesmo promovendo o discurso da inclusão do PNE, reforçam também sentidos sobre o PNE permeados pela incapacidade, segregação, estigma e filantropia remetendo a dizeres sedimentados, cristalizados em que o PNE é incapaz e “anormal”.

Assim, conclusivamente pudemos observar que na discussão aqui proposta, o discurso acerca da inclusão remete a dois processos discursivos distintos e incompatíveis: o da inclusão e o da exclusão que estão relacionados a um sentido reducionista de bem e mal. No entanto, a discussão sobre a inclusão aborda aspectos mais complexos: envolve pensar quem é o sujeito a ser incluído e em que condições esse sujeito poderia assumir esse discurso, ocupando uma posição nele em 1ª. pessoa. A exclusão vem sendo colocada como a grande vilã em contraponto à inclusão, esta tida como a solução para os problemas dos chamados excluídos. Só se pode falar em inclusão porque há a exclusão; só se fala de excluídos porque há aqueles que não o são, os ditos incluídos. Além disso, esta dicotomia

implica no abandono do espaço da exclusão para alcançarmos a “tão almejada” inclusão social. Mas, segundo Martins (1999), a exclusão, de fato, não existe. O que existe são inclusões precárias, instáveis. O fato de alguém estar excluído de algum espaço significa não pertencer a este, mas pertencer a algum outro, no qual se inclui. Continua Martins:

(...) o discurso corrente sobre a exclusão é basicamente produto de um equívoco, de uma fetichização conceitual da exclusão, a exclusão transformada numa palavra mágica que explicaria tudo. (1999,p.27).

Dito de uma outra maneira, agora sob o olhar da AD, podemos afirmar que as palavras não possuem um único sentido. Assim, os sentidos envolvendo o movimento da inclusão social consistem, na verdade, na proposta de uma mudança de lugar social - tirar (ou desencluir) alguém de um espaço e incluí-lo em outro, ou seja, o que não se pode esquecer é que o PNE já está incluído dentro de uma categoria, tem já uma posição social que é esta de ser um portador de necessidades especiais em uma comunidade. Tanto este “lugar” pode ser um espaço de superação quanto um espaço de auto-indulgência.

A questão é que para o discurso da inclusão este lugar tem significado apenas um espaço de passividade, conformidade e que, portanto, deve ser superado. Para que isso aconteça o PNE deve sair deste lugar e garantir seu espaço junto às pessoas “normais”.

No entanto esse tomada de posição deve ser, antes de mais nada, uma tomada de posição por parte do PNE, no discurso que o constrói. Na verdade o PNE já ocupa essa posição ao se constituir junto aos seus pares. Este lugar, sendo viável numa comunidade, significa dizer sim à diferença. Significa aceitar o PNE enquanto sujeito do seu discurso.

Dessa perspectiva, falar sobre inclusão social envolve falar em democratização dos espaços sociais, que implica na aceitação da diversidade como valor, isto é, sociedade para

todos. Incluir não é apenas colocar junto, e, principalmente, não é negar a diferença, mas respeitá-la enquanto constitutiva do humano. O valor- positivo ou negativo- que se atribui à diferença é construído através das relações históricas e ideológicas e tem relação com o poder de “se” dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2 ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 19984

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Editora São Paulo: Hucitec, 1997.

BENVENISTE, Emil D. *Problemas de lingüística II*. Campinas: Pontes, 1989.

BORÒN, Atílio. *O pós-liberalismo é uma etapa em construção*. In: SADER, E e

BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à Análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

BUENO, José G.S. *Educação Especial Brasileira-Integração /Segregação do Aluno. Diferente*. EDUC.São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Ri0 de Janeiro: Forense-Universitária, 1996.

_____ *A história da Loucura*. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva S.A. 2000.

GENTILI, P. (orgs.) Pós –neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. Guanabara Koogan, 1998.

MANTOAN, Maria Tereza Eglèr. (org) *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memmon/snac, 1997 a.

MARQUES, Luciana Pacheco. *Em busca da compreensão da problemática da família do excepcional*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em educação) -Departamento de Educação-PUC / RJ.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1999.

NUNES, Leila Regina de O de P.; FERREIRA, Julio Romero. *Deficiência Mental: o que as pesquisas brasileiras têm revelado*. In: BRASIL/MEC/SEESP, 1994.p.50-81.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____ *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez, 1993.

_____ *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2 ed.Campinas: Pontes,

1987.

_____ *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5 ed. Campinas: editora da UNICAM, 2002).

_____ *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996

PECHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PESSOTI, Isaias. *Sobre a gênese e evolução histórica do conceito de deficiência mental*. Revista Brasileira de Deficiência Mental, v.16, n.1.p.54-69, jan./jun.1981.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. 21. ed.rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1995.

SASSAKI, Romeu Kasumi. *Inclusão-construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

TUNES, Elizabeth, Souza, Jaci Augusta de, Rangel, Roberta Bevilaqa. *Identificando Concepções relacionadas à prática com o deficiente mental*. Revista Brasileira de Educação Especial, V.2, n.4, p.7-18, 1996.

VYGOTSKY, Lev S. *Fundamentos de Defectologia*. 2. ed. Havana : Pueblo y Educación, 1995. Obras Completas, tomo cinco.

_____ *A Formação Social da Mente*. São Paulo : Martins Fontes, 1991

_____ et alii Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Sites PESQUISADOS NA INTERNET

www.fcee.sc.gov.br data:26/04/06 Autor: M.Inácia de Medeiros.

<http://www.saude.ce.gov.br/clippings/modules.php?name=news&file=print&sid=6497>

<http://www2.uol.com.br/omossoroense/060406/conteudo/cotidiano.htm>

<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/arquivos/anaisdoc.htm>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17118.shtml>

ANEXO 1

Cláudia Werneck

Jornalista formada pela UFRJ, escritora especializada em temas que favoreçam a inclusão.

No ano passado, fiz um curso de marketing social com várias entidades de todo o Brasil. Cada entidade tinha que falar do seu trabalho e uma ONG muito conhecida, muito moderna de Salvador, descreveu assim o seu trabalho: “Na nossa ONG profissionalizamos todo e qualquer adolescente que lá chegue em busca de profissionalização. Pode ser rico, pobre, branco, negro, índio, mulher ou homem”. Eu disse: “Que bárbaro! Então vocês também profissionalizam jovens com deficiência?”. “Não, pelo amor de Deus, isso não, nunca pensamos nisso, nunca passou pela nossa cabeça!”. Eles são maus, estão errados? Não. Simplesmente foram criados, como todos nós, achando que a deficiência fazia parte de uma quarta dimensão da vida. Quando você cresce e se profissionaliza, não importa que profissão você tenha, mesmo bem-intencionado, você percebe que não foi ensinado, nem treinado ou capacitado para se articular ética e politicamente com pessoas com deficiência. Assim, como profissionais, começamos a fazer besteiras por aí, não importa a profissão que tenhamos escolhido. Eu disse: “Você não está errado, você pode não querer profissionalizar pessoas com deficiência”. Acho até que ele pode falar isso, mas deveria mudar o seu estatuto e o seu discurso. Não dissera que profissionalizavam todo jovem que os procurava?

Nessa mesma reunião, uma ONG do Rio de Janeiro, ligada a uma grande faculdade particular, falou: “A nossa ONG é especializada em educação, temos o maior acervo do Rio de Janeiro em livros sobre educação”. Eu falei: “Que bom, então vocês também devem ter tudo sobre educação inclusiva, educação especial”. Ela falou: “Não, isso não, só trabalhamos com educação”. Eu disse: “Bom, você também tem o direito de querer que a sua ONG trabalhe com o que você chama de educação, mas não é o que nós chamamos, o que o mundo chama de educação. É preciso rever no seu estatuto o que a sua ONG está fazendo”. Isso é importante, triste e instigante porque mostra o quanto, ainda hoje, a caminho do terceiro milênio, a deficiência continua sendo uma questão da família e não conseguiu ser uma questão cultural ou social. Mas por que não conseguiu ser uma questão cultural ou social? Porque, infelizmente, ainda não é considerada uma questão humana. As crianças, de modo geral, crescem cúmplices das questões sociais do Brasil. Todos se sentem em débito e vêem na televisão todo dia o problema de quem passa fome, não mais humano do que a deficiência.

Tornei-me aos poucos uma jornalista especializada em temas que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Para minha surpresa, as pessoas acham que eu só penso nisso. Na verdade, sempre que se fala em ética, em direitos humanos, em cidadania, em bioética, em parceria, aliança e cumplicidade, fala-se de inclusão, de pessoas com defi-

ciências. Mas a maioria das discussões a respeito dessas questões, no nosso país, fica superficial, não chega ao clímax, ao orgasmo, digamos assim, da reflexão. Por que não se vai às últimas conseqüências, por que não se põe de forma transversal a questão da inclusão das pessoas com deficiência nessas discussões?

Estudando sociedade inclusiva, comecei a acreditar que ela era regida por três leis. A primeira é a lei da incondicionalidade. Ou você acredita que é para todos, ou você ainda não acredita em sociedade inclusiva. Também não é pecado não acreditar em sociedade inclusiva. Isso é muito importante porque tira de nós essa postura arrogante de decidir quem vai para a escola e quem não vai, quem vai poder ir para o trabalho e quem não vai poder. **Sinceramente, não conheço nenhum profissional no mundo, por mais capacitado e preparado que seja, que tenha reais condições de decidir o futuro de uma criança dizendo se ela vai para uma escola regular ou não. A incondicionalidade impede que nos tornemos arrogantes e que assumamos um poder quase divino que, na verdade, não temos.** A segunda é a lei da ação e da intenção. No mundo inclusivo, ação é um parâmetro insuficiente de análise. O que importa é a intenção. Sabemos hoje que um empresário, quando reestrutura a sua empresa para que pessoas com deficiência caibam nela e não apenas se ajeitem nela, vai dormir se sentindo bonzinho, como se fosse um favor. Ele não está consciente de que a sua empresa só será legítima se nela couberem todos os tipos de pessoas. Se não, eu não chamaria de empresa, porque não reproduz a sociedade como ela é. Se o empresário não se conscientizar disso, podemos dizer que ele ainda não está agindo no âmbito de um mundo inclusivo. Ou seja, inclusão nunca será favor.

De acordo com a Resolução 45/91 da ONU, todos os conceitos parecidos com inclusão se referem a quem é minoria. E aí nos voltamos às minorias clássicas, ligadas às questões sociais, ou então minorias que nem o são, como as mulheres, que ainda têm hoje uma conotação minoritária. É um conceito preocupado com quem está em minoria, daí acredito que se refere a todos, porque qualquer um de nós, no decorrer da vida, vai estar várias vezes numa situação de minoria, torcendo para não ser discriminado e muito feliz porque colaborou para a implantação de um mundo inclusivo, ou muito arrependido de não ter feito isso.

Inclusão social é uma expressão muito perigosa, porque o social no Brasil e em muitos países é construído não em cima da humanidade, não em cima de todos os homens, mas em cima de alguns homens. Quando falo de incluir, falo de incluir no reino animal, no ramo vertebrados, na classe mamíferos, no gênero homo, da sapiens espécie, a nossa. Incluir é nascer. Nascemos incluídos. O que acontece depois é que vai aos poucos estragando tudo. tem terra, não tem onde morar. A criança cresce mais ou menos em dívida com essa questão. A deficiência é comemorada e falada na mídia em dias de festa, em dias de seminário. Como se não houvesse vagas no dia-a-dia da humanidade para esse tema. Como se não houvesse vagas para esse tema ser abordado todos os dias a cada minuto. Nada é mais humano do que a deficiência.

Será que quando o Lula fala em educação de qualidade para todos ele está pensando realmente em todos? A palavra “todos” é usada de forma muito leviana, porque ela resolve um problema: dizer que estamos comprometidos sem dizer exatamente com quem. E muitas vezes não sabemos exatamente com quem. Pode ser que ainda não foi apresentada ao Lula a questão da inclusão, da escola inclusiva que discutimos aqui.

Em geral, “todos” quer abranger a diferença de gêneros homem e mulher, a discriminação

racial, a diversidade cultural, a diferença regional, a desigualdade social, a diversidade humana, a diferença individual, a deficiência, a doença crônica, a doença mental, a religião. Criei um teste que se chama “O seu todos”. É uma brincadeira para saber quem faz parte do “todos” de cada um de vocês: jornalistas, políticos, deficientes mentais, deficientes motores, doentes mentais, imigrantes, pernas de pau, caudilhos, catadores de papel, vendedores de acarajé, nômades, sanfoneiros, presidentes, presidiários, mendigos, hermafroditas, índias, prostitutas, aposentadas, operadoras de telemarketing, deficientes físicos, sensoriais, múltiplos, antropófagos, seringueiros, homossexuais, empregadas domésticas, ciganos, gueixas, sem-terra, palhaços de circo, índios, astros de Hollywood, assassinos negros. Quem deixou de marcar pelo menos um item deve rever rapidamente o uso que faz da palavra “todos”.

Na minha opinião, o conceito de sociedade inclusiva defende que o “todos” do social reproduz o “todos” do humano, um “todos” que seja tudo e um tudo sem exceções.

Um dos “todos” mais fechados que conheço em relação à deficiência é o “todos” da cultura. Nada é mais difícil do que provar que questões relacionadas à deficiência fazem parte do “todos” cultural, independentemente de que cultura estamos falando: se uma cultura no sentido amplo ou mais restrito. No livro *Nossa diversidade criadora*, está escrito que é muito séria a indiferença em relação às necessidades e às dificuldades específicas das pessoas com deficiência. Trata-se de uma ameaça ao desenvolvimento cultural de uma nação.

Em relação à mídia, acredito que é importante, na construção do mundo inclusivo, convencer a mídia a sair na frente, no papel de abrealas, para todas as transformações propostas pelo mundo inclusivo. Deficiência é assunto de interesse público sim, todos os profissionais merecem ser reeducados sob a ótica da inclusão. Mas que o jornalista tenha prioridade, porque somos mediadores de diferentes saberes. Devemos ser arautos das mudanças. A mídia é o espelho das dificuldades sociais e humanas. Por isso, informação deve detonar demandas de reflexões capazes de romper com paradigmas anteriores. É quando o jornalista assume o seu papel de educador social e se transforma num agente da história, fundamentalmente das histórias silenciosas. Assim, nós jornalistas vamos documentando a memória cultural.

Temos uma sociedade excludente principalmente em relação às pessoas com deficiência. Uma coisa é você não ter o que comer, outra coisa é você não ter o que comer e ser deficiente; uma coisa é você morar no lixo, outra coisa é você morar no lixo e ser deficiente. Como vamos transformar uma sociedade excludente em uma sociedade inclusiva? Como vamos fazer essa passagem? Através de estratégias que aproximem a solução do problema. Hoje em dia, existem várias estratégias que vão nos permitir construir um mundo inclusivo, como, por exemplo, a questão da cultura indígena, a do desenvolvimento sustentável, a do protagonismo juvenil, a do movimento das mulheres. Não conheço um exemplo de grupo minoritário que, ao defender seus direitos, prejudique o outro. Para nós que militamos nessa área, é importante que nos diluamos nos movimentos sociais de quaisquer naturezas, porque só assim vamos **conseguir nos fortalecer. A estratégia que chamo de estratégia-mãe é a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Por quê? Nada provoca um desequilíbrio maior, nada** acelera mais um processo de mudança do que essa questão de incluir pessoas de qualquer idade com deficiência nos vários momentos, trabalho, lazer e, principalmente, escola. Só que temos uma estratégia sem carisma, sem appeal, não temos muita graça. Por isso é preciso que nos diluamos.

Dá muito trabalho e dor de cabeça pensar em sociedade inclusiva, porque, na verdade, achamos que temos uma dívida social. No mundo inclusivo, nos damos conta de que existe uma parte da humanidade que não foi incluída no social. E aí é como se, de repente, várias pessoas batessem à nossa porta e dissessem: “Existe uma dívida humana comigo”. E você responde: “Não, mas espera aí, eu dou casaco quando o pessoal está com frio, eu levo roupa para flagelado, eu estou com os meus impostos em dia, sou uma pessoa honesta, sou um cidadão, a minha dívida social está em dia, faço o que posso, vou até na reunião dos meus filhos do colégio”. Não, nada disso resolve a nossa principal questão: a da inclusão incondicional das pessoas com deficiência nas questões sociais brasileiras. Existe um débito milenar a ser pago. E com que moeda se paga uma dívida social que agora se chamará dívida social humana?

Com que moeda se paga uma dívida social? Vamos supor que essa dívida social já inclua a dívida humana. Com que moeda? Com dinheiro, com amor, solidariedade, carinho, chocolate, cartão de crédito, dólar? Não, uma dívida social só se paga com capital social. O que é capital social? Ao contrário do capital comum, é um capital que, quanto menos você usa, menos ele cresce, e quanto mais você usa, mais ele cresce. Capital social são recursos transformadores, são os talentos de cada pessoa. O que temos que fazer é muito simples, é propiciar que pessoas com deficiência se mostrem no seu capital social, na sua capacidade imensa de gerar transformação, de participar incondicionalmente das decisões do país. Tornam-se, então, geradoras do capital social, porque tiveram oportunidade para isso. Serão capazes, assim, de pagar a própria dívida social que temos para com elas. Não é muito difícil, é muito simples. Pessoas com deficiência vão nos ajudar a pagar a dívida que temos para com elas. É uma coisa bem clara de ser entendida.

Mas que ninguém descanse de suas deficiências nem de seus talentos. A sociedade não deve ter sequer a ilusão de poder descansar também.

Se não mudarmos a escola brasileira, não adianta falar de inclusão, porque tudo acontece na escola. A auto-estima social do indivíduo começa na escola. Consegue-se medir como o filho está indo na escola pelas notas que ele tem, mas quem está medindo a questão ética da sua formação? Ele está aprendendo a ser cidadão? Levar os filhos para a escola todo dia pode estar sendo um desperdício se aquela escola não promove uma verdadeira situação de reprodução da humanidade como ela é, e não como a escola gostaria que fosse. Hoje em dia, para mim, tanto a escola especial quanto a escola regular são farsas, porque ambas reproduzem a humanidade como ela não é. Todos os deficientes de um lado, todos os parecidos de outro. Só que a escola especial ainda é mais competente, porque ela assume sua natureza segregadora, enquanto a escola regular disfarça e engana muita gente. Uma sociedade não consegue transformar-se sem bens públicos. E qual é a definição de bem público? É o que não segrega nem gera competição, mas isso é o que a escola mais faz. Então, se a escola não muda, ela não se torna um bem público. Escola bem público é escola inclusiva e, se não temos uma escola bem público, toda essa discussão será estéril, nada vai mudar.

Desafios do mundo inclusivo: transformar a escola brasileira em bem público, priorizando a formação de parcerias éticas entre crianças e adolescentes, num contexto que reproduza a humanidade como ela realmente é, com todos os tipos de pessoas; provar que pessoas com deficiências são geradoras de capital social; inserir as questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no rol das dívidas sociais brasileiras; utilizar a diversidade humana e, especificamente, a deficiência como estratégia catalisadora de avanço social e promo-

tora da formação de redes de profissionais, conselhos, entidades governamentais e não-governamentais que, juntos, articulariam a construção de uma sociedade para todos.

Será que dá para ser feliz num país com tantas mazelas sociais quanto o Brasil? Num país onde os 10% mais ricos ganham 29 vezes mais que os 40% mais pobres? Acho que dá para ser feliz enquanto tivermos um projeto para o país e esse projeto é a sociedade inclusiva, não importando se é utopia ou não, se é sonho ou não. Como disse Elizabeth Sá, uma das maiores pensadoras de inclusão no Brasil hoje em dia, “o problema não é achar que inclusão é sonho, o problema é achar que inclusão é pesadelo”. Se acho que inclusão é sonho, utopia, estou muito bem, porque é para lá que vou. O nosso desafio é convencer as pessoas de que elas têm necessidade de lutar por um mundo inclusivo. Como convencer as pessoas? Essa, para mim, é a grande questão. E nesse dia, finalmente, a nossa pátria ficará mais gentil.

(<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/arquivos/anaisdoc.htm#adolf>)